

A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

1000.1070.

5127e

C45

EFEITOS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NUM NÚCLEO RURAL DE PE-
QUENOS PRODUTORES

MARIA SYLVIA MACCHIONE SAES

Orientador: Prof.Dr.José Juliano de Carvalho Filho

Dissertação apresentada ao
Departamento de Economia ,
da Faculdade de Economia e
Administração da Universi-
dade de São Paulo, por Maria
Sylvia Macchione Saes, sob
a orientação do Prof.Dr.Jo-
sé Juliano de Carvalho Fi-
lho Filho, para obtenção do
título de Mestre em Econo-
mia

57569

São Paulo
1983

57569

T338.10981 \$127e

T57569



715245-10



Powered by RfidProStar - www.icaprocess.com.br

Para
Flávio e Alexandre

Agradecimentos

Quero externar meus agradecimentos às seguintes pessoas e instituições:

ao Professor José Juliano de Carvalho Filho, pela sugestão do tema e orientação desse trabalho, bem como o incentivo dado;

aos Professores Eleutério Fernando Silva Prado, Elizabeth Farina e em especial Iraci del Nero da Costa, pela leitura do trabalho original e pelas sugestões apresentadas;

à Professora Sílvia Schor pela colaboração na elaboração do questionário;

à socióloga Nilse Cristina Nicola, que por amizade me acompanhou ao trabalho de campo, colaborando dedicadamente na realização das entrevistas;

ao núcleo de Sapezinho pela forma carinhosa com que me recebeu, prestando inestimáveis informações;

à FIPE que tornou possível a realização da pesquisa, ao encaminhar ao CNPq pedido de bolsa de estudo e por obter junto ao INAM recursos para a viagem e manutenção em São Felipe;

à Maridí Nogueira Porto Casarin pelo atencioso trabalho de datilografia.

Finalmente, devo acrescentar, que as pessoas mencionadas nenhuma responsabilidade têm pelos possíveis erros cometidos.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze a rural nucleus basically formed by small owners that with the work of their families cultivate those areas partly for their own subsistence, partly with the aim of achieving products to be sold in the market. The mercantile production is mainly based on tobacco for the industry of cigars and on the manioc for the production of flour.

This rural nucleus was the object of an experimental intervention: an entity of the Federal Government promoted a modernization in the process of the manioc flour production by giving resources and orientation to create a planters' cooperative of manioc in the Municipality of São Felipe.

The principal interest defined in the study of this area and that has guided the field research was to find out which were the changes that were occurring and those that could be expected as a result of the intervention.

After observing the rural nucleus, we could verify that those small producers live in an "surplus economy", being their survival guaranteed by the use of the available factors, after what they start organizing the production to the market through the exceeding factors.

We also noticed that the disponibility of the land is an important differential element: those that make use of bigger areas, have, in general a more diversified production and use several of those products for self-consumption. The producers that make use of smaller areas are bound to specialize themselves in a certain product to be sold in the market - in the case - the manioc. The reason for this is the necessity of buying in the market some basic itens of survival, and it demands the obtainment of monetary income. The smaller piece of production attending the self consumption reveals, in this case, a pattern of consumption also inferior to the producers that make use of larger areas.

After the intervention, the producers, owners of smaller areas of land, were not modernizing the process of production while the others were adopting other inputs in the process of production.

Therefore, we noticed that those producers that did not incorporate new techniques will face a difficult situation, as they will not be able to compete in the market. The others, however, will have to specialize themselves more and more in the production for the market, once their monetary expenses will be higher because of the new inputs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	007
CAPÍTULO I	
A PEQUENA PRODUÇÃO – UMA REVISÃO DA LITERATURA	012
1. A Agricultura tradicional e a Teoria da Modernização..	013
2. A Teoria da Economia Camponesa	021
3. A Pequena Produção Agrícola Subordinada ao Capital ...	028
CAPÍTULO II	
A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL EM SAPEZINHO	039
CAPÍTULO III	
OS PEQUENOS PRODUTORES DE SAPEZINHO	055
CAPÍTULO IV	
O IMPACTO DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL SOBRE OS PEQUENOS PRODUTORES	087
1. A Mecanização da Produção de Farinha	089
2. Efeitos sobre a Produção Agrícola	094
3. A Cooperativa e os Pequenos Produtores	107
CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é um núcleo rural - Sapezinho - do município de São Felipe, no Recôncavo Baiano. O núcleo rural é formado basicamente por pequenos proprietários que, com o trabalho de sua família, cultivam essas áreas, em parte para a sua própria subsistência, em parte com o objetivo de obter produtos para venda no mercado. A produção mercantil se traduz principalmente no fumo para a indústria do charuto e na mandioca para a produção de farinha.

Esse núcleo rural foi objeto de uma intervenção experimental: Órgãos do Governo Federal (associados a entidades do Estado da Bahia) promoveram a modernização do processo de produção de farinha de mandioca ao fornecerem recursos e orientação para a formação de uma cooperativa de plantadores de mandioca no município de São Felipe. A cooperativa - e suas instalações - situam-se em Sapezinho, que recebeu mais de imediato os efeitos dessa transformação, embora os associados da cooperativa pertençam também a outras áreas do município de São Felipe. A experiência está em andamento e por meio de visita e permanência no local, em setembro e outubro de 1981, foi possível realizar a pesquisa de campo que sustenta este trabalho.

O interesse principal que se definiu no estudo da região e que orientou a pesquisa de campo foi o de perceber quais as mudanças que estavam ocorrendo e aquelas que poderíamos esperar como resultado da intervenção. Com o decorrer da pesquisa sentimos a necessidade de primeiramente investigar os fundamentos que orientam a ação desses produtores para podermos entender qual foi o impacto da intervenção governamental.

Buscamos, então, na literatura as visões sobre o proceso decisório do pequeno produtor. Encontramos interpretações distintas e de difícil conciliação. Propusemo-nos a tarefa de rever algumas dessas perspectivas distintas de modo a ressaltar os elementos principais presentes em cada uma delas. Nessa revisão, no entanto, nem sempre nos defrontamos com o mesmo conceito de pequena produção. Desse modo, tivemos de definir o que entendemos por pequena produção, dada a necessidade de manusear conceitos distintos utilizados por estudiosos do tema.

Preferimos, para tanto, uma caracterização abrangente que comportasse os termos utilizados na literatura comentada (Capítulo I) e que fosse fiel à nossa observação empírica. Para definir, pois, a pequena produção agrícola, lançamos mão dos elementos arrolados por Graziano da Silva ao caracterizar o que chama de produção camponesa: "são quatro os elementos fundamentais para defini-la:

- a. utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção;
- b. a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles;
- c. existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado. Deve ficar claro que, embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a força de trabalho e os meios de trabalho que sobram da produção para a subsistência. Sob esse aspecto, a produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples;
- d. não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra que mediatiza a produção como mercadoria" (1).

Essas características definem o essencial da pequena produção agrícola: trabalho familiar, posse da terra sob distintas formas (propriedade, arrendamento, parceria etc), posse dos instrumentos de trabalho (ou parte deles) e produção de excedentes.

Admitida essa caracterização, voltamos à proposta inicial: como é encarado o processo de tomada de decisão dos pequenos produtores na literatura?

Acreditamos poder encontrar três posturas características.

Num extremo, observamos economistas, em geral de formação neo-clássica, que não vêm na pequena produção qualquer especificidade: o pequeno produtor, enquanto tal, agiria como um empresário, alocando os fatores disponíveis de modo a obter um rendimento máximo. Nessa perspectiva coloca-se, por exemplo, a chamada "teoria da modernização da agricultura" que tem em *T.H.Schultz* seu maior expoente. Para *Schultz*, a pobreza e o atraso da agricultura tradicional não se devem à eventual "irracionalidade" dos produtores (entre os quais se incluem os pequenos produtores), e sim de uma inadequada disponibilidade de insumos modernos (tecnologia, educação, fertilizantes etc) que, por serem caros e/ou de difícil acesso acabam não sendo incorporados à agricultura tradicional. Como resultado, são mantidos os baixos níveis de produtividade desse segmento da economia rural.

No outro extremo colocar-se-iam os teóricos da economia camponesa que tem em *A.Chayanov* exemplo característico. As especificidades da pequena produção agrícola (identificada com a economia camponesa) conduziriam a formulação de uma teoria econômica da pequena produção. Ou seja, a teoria econômica formulada para explicar o funcionamento da economia capitalista não seria instrumento adequado à compreensão do funcionamento da economia camponesa e da particular racionalidade do pequeno produtor. Para tanto seria preciso investigar os fundamentos da economia camponesa. Vale lembrar alguns elementos ca-

racterísticos: o trabalho (familiar) não tem uma remuneração específica (como o salário na produção capitalista). Os membros da família participam do excedente monetário global obtido na produção, excedente este dividido por critérios não necessariamente econômicos. Esta perspectiva está presente em estudos de economistas (como A. Sen e C. Nakajima) que procuraram aplicar os esquemas neo-clássicos à pequena produção. Para tanto, precisaram definir uma outra característica da economia camponesa: a superposição da unidade produtiva à unidade de consumo. Por esse motivo, os critérios de maximização (da teoria da produção) deveriam ser combinados com postulados da teoria do consumidor.

Uma terceira postura entende que a pequena produção se encontra, na sociedade atual, submetida à dominação do capital (comercial ou industrial). Desse modo, o movimento da pequena produção ver-se-ia determinado por esse elemento externo à própria produção: ao buscar constantemente a extração de um "super-excedente", o capital (comercial ou industrial) imporia as normas de organização e funcionamento da pequena produção.

Com estes elementos teóricos, voltamos ao nosso objeto de estudo a fim de reconstituir, com base nas entrevistas realizadas no local, o processo de tomada de decisão econômica dos pequenos produtores, antes da intervenção governamental. Ao reconstituir a lógica da ação econômica dos pequenos produtores, estaremos em condições de melhor entender as mudanças observadas na região.

O trabalho está dividido em quatro capítulos.

No Capítulo I, apresentamos uma revisão da literatura acima referida, procurando apreender as posturas características de alguns autores.

O Capítulo II é dedicado à apresentação das propostas do projeto que promoveu a intervenção em Sapezinho. Desse modo, ressaltamos os pressupostos, os instrumentos de ação e os resultados esperados de modo a poder confrontá-los : com os

resultados efetivos.

No Capítulo III apresentamos informações gerais a respeito do núcleo rural de Sapezinho e da economia dos pequenos produtores. Com base nesses elementos e também em proposições teóricas mais gerais, buscamos reconstituir a lógica da ação econômica dos pequenos produtores.

No Capítulo IV procuramos avaliar os resultados da intervenção governamental no núcleo rural de Sapezinho, utilizando ainda os resultados das entrevistas realizadas com os pequenos produtores. Evidenciamos as mudanças ocorridas em Sapezinho e tentamos inferir sobre as tendências em curso provocadas pela implantação do projeto.

A Conclusão do trabalho resume os principais resultados alcançados na pesquisa e apresenta um balanço final a respeito de argumentos teóricos e evidência empírica.

NOTAS

- (1) Graziano da Silva, J.F. (coord.). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978, p.3-4.

CAPÍTULO I

A PEQUENA PRODUÇÃO - UMA REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I

A PEQUENA PRODUÇÃO - UMA REVISÃO DA LITERATURA

A intervenção governamental no núcleo rural de Sapezinho - principalmente por meio da Cooperativa dos Produtores de Farinha - atinge tanto o processo de produção quanto a comercialização do produto. Para entender o impacto da intervenção devemos ter claros os procedimentos usuais dos produtores e as suas relações com o mercado. Em outros termos, os resultados da intervenção dependem tanto da forma segundo a qual os produtores se adaptam às novas condições como das resistências que os elementos do processo de circulação possam a ela opor.

No sentido de encontrar elementos teóricos mais gerais que orientam a análise da realidade de Sapezinho, devemos percorrer alguns textos clássicos da literatura econômica e sociológica referente à agricultura. A partir da seleção dos elementos apontados e de seu confronto com a evidência levantada no núcleo rural de pequenos produtores, será mais fácil avançar a análise rumo aos objetivos propostos para esta pesquisa.

1. A Agricultura Tradicional e a Teoria da Modernização

Theodore W. Schultz é, sem dúvida, economista de grande influência na análise dos problemas da agricultura. Suas teses a respeito da modernização da agricultura tradicional estão presentes, ainda hoje, em muitas análises da economia rural.

Theodore Schultz não estuda propriamente a pequena produção. No entanto, seu conceito de agricultura tradicional abarca, o que chamamos de pequeno produtor agrícola, em particular no caso em estudo. Em primeira aproximação, afirma *Schultz* que

"A agricultura baseada inteiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores pode ser chamada de agricultura tradicional" (1).

Essa característica pode estar associada a diferentes formas de produção agrícola, inclusive à pequena produção, como textualmente afirma *Schultz*:

"Assim, por mais relevante que sejam os atributos culturais no exame de importantes classes de problemas não provêm uma base para distinguir entre a agricultura tradicional e outros tipos de agricultura. Igualmente, essa base não deve ser encontrada nas diferenças em determinados arranjos institucionais, como por exemplo o fato de serem as fazendas propriedades de donos residentes ou ausentes, de serem grandes ou pequenas, de serem empresas públicas ou privadas, e de ser a produção para consumo próprio ou para venda" (2).

As palavras de *Schultz* sugere, pois, a indagação: quais as raízes da permanência do atraso da agricultura tradicional? Trata-se, para o Autor, de um equilíbrio de longo prazo com respeito à alocação dos fatores de produção, portanto, uma raiz puramente econômica e que se define por:

1. o estado dos conhecimentos permanece constante ;
2. o estado das preferências e dos motivos para manter e adquirir as fontes de renda permanecem constantes;
3. ambos esses estados permanecem constantes durante tempo suficiente para que as preferências e os motivos marginais para a obtenção de fatores agrícolas como fontes de renda cheguem a um equilíbrio com a produtividade marginal dessas fontes, vistas como um investimento em correntes de renda permanente, e com as economias líquidas aproximando-se de zero" (3).

Evidentemente, estas condições críticas que formam a base do equilíbrio a que está sujeita a agricultura tradicional já exprime o elemento fundamental da tese de *Schultz*: o atraso (ou a estagnação) da agricultura não decorre da "mentalidade" do agricultor e sim das características dos fatores que são disponíveis. Pelo contrário, os agricultores agem racionalmente, segundo o padrão de maximização dos lucros (mesmo que *Schultz* nem sempre se refira a lucros monetários) seguindo os critérios de equalização marginal de custos e benefícios. Aliás, a hipótese central de seu trabalho deixa clara essa posição:

"Ha comparativamente poucas ineficiências significativas na distribuição dos fatores de produção na agricultura tradicional" (4).

Em outros termos, a agricultura tradicional é eficiente mas é pobre. O problema da agricultura tradicional reside fundamentalmente nos fatores disponíveis para a sua modernização e em seu custo. O prefácio do próprio *Schultz* deixa claro o problema e a solução para essa agricultura:

"O propósito deste estudo é mostrar que o aspecto crucial da agricultura tradicional é a baixa taxa de retorno do investimento nos fatores agrícolas do tipo que os agricultores vem empregando há gerações, prosseguindo para mostrar que objetivando transformar esse tipo de agricultura, terá que ser desenvolvido e oferecido um conjunto de fatores mais proveitosos. Desenvolver e oferecer tais fatores e aprender como usá-los eficientemente é uma questão de investimento, tanto em capital humano como material" (5).

A tese de *Theodore Schultz* permite entrever uma linha de explicação para a pobreza e o atraso da pequena produção agrícola. Não se trataria de aversão ao moderno nem aversão ao trabalho ou qualquer argumento dessa ordem. Em essência, a pequena produção rural manter-se-ia pobre e atrasada porque lhe faltariam motivos para investir em fatores de produção que lhe propiciassem uma renda adicional, uma vez que os fa-

tores disponíveis são apenas os tradicionais dotados de baixa taxa de retorno.

A forma de superar a pobreza e o atraso se define, portanto, de imediato: criar os fatores mais produtivos e colocá-los à disposição dos pequenos produtores. É inegável, essa concepção pode inspirar programas de assistência técnica e extensão rural.

Embora tenha exercido influência nos estudos sobre a agricultura atrasada, a obra de *Schultz* também foi objeto de críticas de conteúdo diverso, algumas das quais convém relembrar.

C. Nakajima, autor simpático a *Schultz*, admite ser sua tese incompleta por não considerar as condições em que a "fazenda familiar" manifestava a sua racionalidade:

"*Schultz* insisted that the economic behaviour of farmers, even in underdeveloped societies, is quite rational in that the actual states of most of these farms are in the neighbourhood of a subjective equilibrium point. I agree with him in principle. However, he did not give a clear explanation : of what the rationality in family farm is or what the subjective equilibrium of family farm is" (6).

Esta crítica, na verdade, conduziu o autor a especificar as condições do equilíbrio subjetivo da produção agrícola familiar, tema que discutimos no tópico seguinte deste capítulo.

Outro autor - *Michael Lipton* - procura refutar a tese de *Schultz*, discutindo, em particular, a possibilidade de equalização do valor do produto marginal. Sua argumentação percorre questões como o risco e a incerteza (por exemplo, o regime de chuvas) ou ainda a imperfeição do mercado de fatores (de terra e, no caso da Índia, de trabalho), *Lipton* é levado a concluir que a equalização do valor do produto marginal:

- a. é impossível sob condições de incerteza;
- b. mesmo se a incerteza for reduzida ao risco, não é ótima para o camponês;

- c. mesmo sob condições de certeza, é especialmente divergente da maximização de utilidade nos mercados de fatores imperfeitos da agricultura subdesenvolvida;
- d. mesmo com a certeza e mercados de fatores perfeitos, é impedida pela estrutura do costume e da lei, e demonstravelmente não adotada;
- e. dependente da insustentável hipótese de um meio estático;
- f. socialmente ineficiente mesmo que ótimo do ponto de vista privado⁽⁷⁾.

Já *Alexandre Schejtman* discute a adequação das próprias hipóteses de *Schultz* - e, em consequência, de suas conclusões - ao pensar a agricultura latino-americana em termos da agricultura tradicional. *Schejtman* coloca três questões quanto ao modelo de *Schultz*:

- "i. Ele constitui uma aproximação aceitável significativa da conduta observável entre o campesinato de áreas às quais as hipóteses de *Schultz* são supostamente aplicáveis?
- ii. É possível conceber aumentos do produto gerado pela comunidade sem recorrer a "novos fatores" (entendidos estes fatores em sentido não tautológico)?
- iii. Independentemente das respostas a i. e ii. é desejável que os pequenos camponeses atuem como maximizadores de lucros no sentido neo-clássico?"⁽⁸⁾.

Em resposta ao primeiro item, arrola algumas situações, que julga existentes na agricultura latino-americana, em claro desacordo com os princípios admitidos por *Schultz*:

- 1º Camponeses que dispõem de recursos similares, os empregam com intensidade diferente (cultivando produtos que empregam técnicas de intensidade diferentes ou usando métodos mais intensivos nos mesmos cultivos);
- 2º Em certas situações, os camponeses estão dispostos a pagar rendas maiores do que as que são pagas por agri

cultores capitalistas (por vezes maiores mesmo do que, no modelo neo-clássico, seria o Valor do Produto Marginal);

- 3º Em certas áreas geográficas, favoráveis a cultivo comercial de grande rentabilidade, observa-se a persistência de cultivos de produtos de subsistência, com baixo valor de produto por área. Tais situações não poderiam ser entendidas a partir do modelo neo-clássico em sua forma característica.

Quanto à questão ii. *Schejtman* lembra que os autores neo-clássicos não consideram a estrutura de posse da terra em suas análises. Argumenta, então, que a mudança nessa estrutura (consolidação de áreas em regiões em que a propriedade está fragmentada em pequenas propriedades; redistribuição onde coexistem latifúndios e minifúndios) pode conduzir ao aumento do produto total sem introdução de novos fatores.

Em relação ao item iii. admite que essa maximização en contra o obstáculo da imperfeição dos mercados de fatores e de produtos, tornando impraticável "uma política de igualização do produto marginal".

Schejtman conclui afirmando que a inadequação da análise de *Schultz* em explicar tais situações decorre da abstração que se faz dos efeitos do sistema de relações sociais, em particular da estrutura de propriedade da terra, sobre os processos de produção e distribuição.

Também entre os autores que estudam a agricultura brasileira encontramos objeções às propostas de *Schultz*.

Rui Miller Paiva critica a aplicação mecânica da teoria da modernização da agricultura para o caso brasileiro. Lembra este autor que a visão do progresso tecnológico na agricultura - sob suas diversas formas - levou a grande otimismo com respeito às possibilidades de os países subdesenvolvidos poderem se modernizar. *Paiva* critica, no entanto, os precursores desse otimismo pois para a validade dessa teoria seria necessário que os países em questão apresentassem

certos pré-requisitos, em geral esquecidos quando se propõe uma política de desenvolvimento agrícola (tais como dotação de recursos favorável, pesquisas agrícolas que possam compensar as insuficiências de recursos naturais e que os aumentos de produção possam ser consumidos a preços que permitam retornos econômicos favoráveis). Assim, as causas do malogro de programa de ajuda e assistência que tem ocorrido nesses países encontram-se na presença de condições adversas à modernização e a não consideração dos pré-requisitos apontados, nas formulações das políticas econômicas. Portanto, para *Rui Miller Paiva* a teoria da modernização não é suficientemente abrangente para poder auxiliar, com um programa adequado, o processo de modernização dos países subdesenvolvidos que não contam com condições favoráveis⁽⁹⁾.

Em outro artigo⁽¹⁰⁾, o mesmo autor analisa os fatores responsáveis pelas variações dos graus de modernização e aborda o problema da formulação de uma política adequada de modernização para os países em desenvolvimento. Sua conclusão baseia-se na hipótese de que a introdução de tecnologia na agricultura de países em desenvolvimento dependerá do setor urbano. Isso ocorre porque na medida em que a modernização da agricultura alcançar o "grau adequado" (equilíbrio entre a percentagem da população no setor rural, a capacidade de consumo no setor não-agrícola e as possibilidades de exportação) haverá um mecanismo de "auto-controle" (que funciona por meio do mecanismo automático de preços de mercado) a impedir que a tecnologia possa ser difundida. Ou seja, à medida que a técnica moderna se expande por maior número de agricultores, ocorre um aumento da produção que força a queda dos preços dos produtos. A insistência do setor público em promovê-la ampliará os prejuízos sociais, isto é, haveria uma queda de preços dos produtos agrícolas (diminuição de renda dos agricultores) decorrente do aumento de produção e prejuízos para os assalariados (menos dias de trabalho e menores salários) uma vez que aumentaria a migração de agricultores

para os centros industriais.

Desse modo, a estratégia de modernização que o governo deveria adotar, de acordo com *Miller Paiva*, é de concentrar os esforços nas regiões e produtos que melhor reagirão às políticas adotadas, principalmente nas lavouras de exportação e, enquanto isso, as regiões de produtos tradicionais devem esperar até que o setor urbano não mais impeça sua modernização, recebendo renda sob a forma de serviços assistenciais por meio de transferência do setor mais produtivo. É evidente, pois, a preocupação de *Paiva* com a pobreza dos pequenos produtores tradicionais que, sem possibilidade de encontrar melhor remuneração pela venda de seus produtos, deveriam ser objeto de políticas assistenciais por parte do governo.

Outros autores, com base em pesquisas empíricas, opõem-se também ao "otimismo" da transformação da agricultura tradicional, destacando os aspectos estruturais inerentes a esta.

José Pastore (11), por exemplo, admite que no caso da agricultura tradicional existe uma série de dificuldades determinadas por dois fatores estruturais, independentes dos agricultores e que impedem o avanço da modernização:

- 1º fatores ligados à inadequação das técnicas disponíveis;
- 2º fatores ligados à escassez de recursos naturais. Além dessas dificuldades (de ordem técnicas e natural) que barram a modernização dos agricultores de baixa renda, o autor coloca também a incapacidade das políticas econômicas tradicionais (crédito e assistência técnica) enfrentarem esse problema. Isso é demonstrado em estudos empíricos concluídos no Brasil nos quais o aumento de disponibilidade de crédito e reduções na taxa de juro têm tido impacto pouco estimulante na melhoria das condições de vida do agricultor de baixa renda. Não é necessário insistir para identificar a agricultura de baixa renda com a peque

na produção rural.

Rui Miller Paiva e *José Pastore* levantam questões que nem sempre estão na ordem de preocupações de *Schultz*. Questões referentes às estruturas de mercado - ou no mínimo à dimensão do mercado urbano para a produção agrícola como faz *Rui Miller Paiva* - ou institucionais - por exemplo o limite ao acesso ao crédito como faz *José Pastore* não são claramente colocadas por *Schultz*.

Vale reter esses elementos a fim de confrontá-los com a evidência levantada no núcleo rural de Sapezinho.

2. A Teoria da Economia Camponesa

Observamos, no tópico anterior, que para *Schultz* pouco importam, na análise da agricultura tradicional, certos atributos institucionais; entre eles: a dimensão da propriedade, a presença ou ausência de proprietário, o destino do produto (auto-consumo ou mercado). Em outros termos, o processo decisório desses diversos tipos de proprietários agrícolas toma por base os mesmos elementos - expressos, em última análise, nas condições marginais de equalização entre custos e rendimentos dos diferentes fatores de produção.

A crítica à universalidade da teoria econômica tem sido desfechada sob diversos ângulos. A nós, interessa levantar aquela que nasce da análise da pequena produção agrícola a fim de observar os elementos que, alternativamente, constituem uma teoria da pequena produção - ou uma teoria da economia camponesa.

O autor clássico neste tema é o russo *Alexandre V. Chayanov* (1.888 - 1.939)⁽¹²⁾. As implicações de suas teses, superam nossos objetivos nesta revisão da literatura. Desse modo, limitamo-nos aqui a indicar a crítica à universalidade da teoria econômica, como a faz *Chayanov*, para, a partir daí, reconstituir os elementos fundamentais que permitiriam esta-

belecer uma teoria da pequena produção - ou, nos termos do autor russo: uma teoria da economia camponesa.

A especificidade das categorias da teoria econômica - especificidade, de resto, da própria economia capitalista - é o ponto de partida da crítica de *Chayanov*:

"A teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um sistema complexo de categorias econômicas inseparavelmente ligadas entre si - preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros e são funcionalmente interdependentes. Se um elemento é retirado deste sistema, todo o edifício desaba. Na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as outras perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente" (13).

Após exemplificar o que ocorre quando, na economia natural, está ausente a categoria preço, *Chayanov* investe mais propriamente sobre a economia camponesa, cujo traço distintivo é a ausência da categoria salário:

"Destino semelhante ameaça a economia teórica se qualquer outra categoria é retirada do sistema - por exemplo, a dos salários. Mesmo se, dentre todos os sistemas econômicos possíveis que não possuem esta categoria, escolhermos um no qual a troca e o crédito (e com eles as categorias preço e capital) estejam presentes (por exemplo, o sistema de unidades de trabalho familiar camponesa e artesanal, unidas economicamente por processos monetários e de troca), verificaremos que a estrutura de tal economia ainda se encontra fora dos sistemas conceituais de uma ciência econômica adaptada à sociedade capitalista.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a

esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra" (14).

A crítica da universalidade da teoria econômica clássica e neo-clássica, deve suceder uma teoria que contemple as especificidades da economia camponesa. Tentamos indicar, a seguir, os elementos apontados por *Chayanov* e que nos parecem fundamentais em sua teoria.

O trabalho familiar constitui uma unidade: os frutos desse trabalho resultam num produto que, vendido no mercado, representa o produto bruto da unidade econômica familiar. Deduzidos os gastos realizados, tem-se o produto (líquido) do trabalho familiar que não pode ser decomposto em remunerações (salários) dos diferentes componentes da família.

Quais os elementos que determinam a quantidade do produto? Coloca *Chayanov*: tamanho e composição da família, número de membros da família capazes de trabalhar, produtividade da unidade de trabalho e grau de esforço do trabalho.

Este último elemento - grau de esforço - assume especial significado porque, ao fim, ele determina o grau de auto-exploração a que os próprios trabalhadores da família se submetem para obter um certo produto.

É preciso, entretanto, indicar a forma pela qual se determina o grau de auto-exploração.

Para tanto, *Chayanov* lança não de um raciocínio marginalista:

"Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido. É evidente que com o aumento de produção obtido por trabalho árduo diminui a avaliação subjetiva do significado de cada novo rublo para o consumo; mas a penosidade do trabalho para ganhá-lo, que exigirá uma quantidade cada vez maior de auto-explo-

ração, aumentará. Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispendio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, de que a renúncia a seus efeitos econômicos" (15).

Chayanov sintetiza, no longo trecho acima transcrito, o mecanismo que determina o nível de produção da unidade familiar camponesa. O próprio autor admite certa semelhança com os padrões atribuídos à economia capitalista, embora defenda sua especificidade e, em particular, o caráter não absoluto desse mecanismo de determinação para a unidade camponesa. Lembra o caso de regiões em que há escassez de terra: aí, a família, para poder suprir suas necessidades, deve intensificar o trabalho, apesar de estar ocorrendo uma diminuição do rendimento por unidade de trabalho.

Em síntese, *Chayanov* sugere a existência das seguintes categorias econômicas no quadro de um sistema baseado em unidades de trabalho familiar:

1. o rendimento do trabalho familiar, único e indivisível, que reage frente aos fatores formadores de renda;
2. os preços das mercadorias;
3. a reprodução dos meios de produção;
4. os preços do capital na circulação de crédito;
5. os preços da terra.

As interações entre essas categorias são amplamente analisadas em obra mais extensa de *Chayanov* (16). Algumas dessas relações serão exploradas ao longo da análise da evidência empírica de nosso estudo.

Embora tivesse como ponto de partida a crítica à univer

salidade da teoria econômica, *Chayanov* acaba por utilizar elementos comuns à chamada teoria neo-clássica: a análise marginal e a avaliação subjetiva do esforço e dos frutos do trabalho.

Não é estranho, portanto, que economistas atuais apresentassem modelos de análise da "fazenda familiar" bastante semelhantes ao de *Chayanov*. Dois exemplos característicos são os de *A. Sen* e *C. Nakajima*.

A formalização do modelo de *A. Sen* ⁽¹⁷⁾ exige diversas hipóteses restritivas. O arcabouço utilizado, no entanto, é relativamente simples de ser compreendido. Considera, por um lado, uma função de produção familiar que, dado o estoque de capital e de terra, é função apenas do trabalho ($Q=Q(L)$) em que a produtividade marginal do trabalho é decrescente. Por outro lado, cada membro da família de produtores agrícolas possui uma função de utilidade ($U = U(q)$) que é função da renda individual medida em produto q (pois supõe, neste modelo, que o produto não é vendido no mercado); ao mesmo tempo, há uma função desutilidade ($V = V(l)$) relativa ao trabalho individual de cada membro da família. Considerando que há A membros da família que trabalham e B é o número total de membros da família e, ainda, que todos tem funções utilidade e desutilidade semelhantes, *Sen* chega à seguinte função de bem-estar familiar: $W = B.U - A.V$, sendo que $L = A.l$ e $Q = B.q$.

A maximização do bem-estar da família será dado, então, pela relação:

$$Q'(L) = -\frac{V'(l)}{U'(q)} = x$$

A interpretação dada por *Sen* ao resultado obtido mostra a semelhança com as conclusões de *Chayanov*: o trabalho é aplicado até o ponto em que o seu produto marginal iguale o "custo real do trabalho" (identificado por x , a taxa de substituição individual entre renda e trabalho).

A semelhança se mantém no modelo apresentado por *Nakajima* ⁽¹⁸⁾.

Em seu caso mais simples (fazenda totalmente comercial sem mercado de trabalho), define-se uma função utilidade $U = U(A, M)$ em que A é o número de horas de trabalho familiar e M a renda familiar. Considera, ainda, a utilidade marginal das horas de trabalho negativa e a da renda positiva. É possível, portanto, construir um mapa de indiferença familiar entre renda e trabalho, em que a inclinação de curva expressa a avaliação marginal do trabalho familiar.

Por outro lado, o modelo supõe uma função de produção com um só produto variando em relação a terra e trabalho. A renda familiar M será composta por

$$M = P_x \cdot F(A, B) + E, \text{ onde } P_x \text{ é o preço do produto}$$

A é trabalho

B é terra

E - outras rendas obtidas pela família.

Admite *Nakajima* que a família tenderá a maximizar sua utilidade sujeita à restrição de renda. O resultado será dado por

$$P_x \cdot F_A = - \frac{U_A}{U_M}$$

ou seja, a família atinge o equilíbrio quando a produtividade marginal do trabalho for igual à "avaliação marginal do trabalho familiar".

Apesar das semelhanças formais entre os modelos de *Chayanov*, *Sen* e *Nakajima*, há significativa diferença entre eles: *Chayanov* está preocupado com o grau de auto-exploração do trabalho camponês, *Sen* e *Nakajima* procuram definir as condições de maximização do bem-estar ou da utilidade da "fazenda familiar". Revela-se, desse modo, a especificidade da análise de *Chayanov*, marcada pelo conceito de auto-exploração inerente à produção camponesa, ao passo que *Sen* e *Nakajima* adaptam os conceitos usuais a algumas peculiaridades da produção agrícola em unidades familiares. No capítulo seguinte voltamos a discutir estes modelos alternativos diante da evidência empírica

com que trabalhamos.

A preocupação comum aos três autores referidos - a produção camponesa - encontra no Brasil grande repercussão nos anos recentes. Há diversos prismas de abordagem do tema mas interessa-nos, em particular, discutir a noção de economia do excedente, proposta por José de Souza Martins⁽¹⁹⁾. Essa noção emerge de temática mais ampla - o das relações entre o rural e o urbano - que coloca, em certo momento, o problema da pequena produção rural.

Ao observar uma região - o Vale do Paraíba do Sul - em que os produtores da Planície integram-se de modo mais ativo com o mercado do que os da Montanha, *Martins* indica as diferentes formas de organização da produção.

Na Planície, há especialização quase completa na produção de leite para o mercado; ao mesmo tempo, a subsistência dos produtores também tem origem em compras realizadas no mercado. Na montanha, a produção de leite, feita principalmente para o mercado, está apoiada na produção de artigos de subsistência para a própria população rural. No entanto, a produção especializada acaba por se tornar mais cara uma vez que o homem da montanha pode vender o leite por "qualquer preço", já que seus custos efetivos são mínimos e permitem inserir-se no mercado sem risco de prejuízos.

A partir dessa evidência, pode *Martins* nos levar a entender a lógica do produtor da Montanha (ao que tudo indica, um pequeno produtor):

"Nesse sentido, a população rural da montanha organiza a sua produção de conformidade com o padrão tradicionalmente estabelecido, preservando instituições tradicionais, como o mutirão, as festas propiciatórias no fim do ano agrícola e antes do plantio dos artigos essenciais da sua dieta alimentar etc. Mantendo, enfim, os costumes na organização da cultura, da sociedade e da economia e rebatendo para um plano muitas vezes tangencial os efeitos da participação em uma economia monetária.

O leite, pois, não obstante ser consumido e comercializado nas mesmas proporções na planície e na montanha, é excedente na segunda e não o é na primeira. O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares" (20).

A conclusão de *Martins*, aparentemente paradoxal, é de que os estabelecimentos tradicionais seriam os mais "rentáveis" já que os modernizados - da Planície - não conseguiriam, nas condições concretas especificadas, arcar com os custos de insumos necessários à modernização, incidindo, por fim, em rendimentos líquidos negativos (21).

É evidente não se ter, neste caso, um modelo geral de organização da economia camponesa. Pelo contrário, confrontam-se duas situações distintas, compatíveis com a pequena produção (embora não exclusivas delas). Os resultados alcançados pela análise - em especial a noção já indicada de economia do excedente - são úteis no sentido de permitir avançar o estudo de nosso objeto de pesquisa.

Esta segunda postura - a da teoria da economia camponesa, como a designamos - não esgota, no entanto as perspectivas relativas à pequena produção. Nos anos recentes, tem sido reforçada uma corrente que entende estar a pequena produção atada, e portanto determinada, por seus vínculos de mercado com o capital.

3. A Pequena Produção Agrícola Subordinada ao Capital

Até aqui procuramos evidenciar os aspectos internos do

processo de produção que poderiam ser objeto de diferentes abordagens teóricas. Duas posturas extremas foram colocadas: a dos que recusam qualquer caráter diferencial à pequena produção e a dos que admitem a necessidade de a análise do processo de produção partir das próprias especificidades da pequena produção.

Ao ultrapassar, no entanto, a órbita da produção rumo à da circulação (ou das relações com o mercado) identificamos uma terceira postura característica. O pressuposto desta terceira posição é de que a pequena produção no mundo atual situa-se nos quadros de economias capitalistas. Como tal, ela não pode escapar às determinações do capital, ainda que estas determinações não se apresentam sob sua forma característica a da subordinação do trabalhador assalariado ao capital.

Partindo desse pressuposto, as investigações têm buscado evidenciar as distintas formas de dominação do capital sobre a pequena produção, dominação que se manifesta na absorção de parcelas substanciais do excedente do pequeno produtor pelas diversas frações do capital.

Sem dúvida, na literatura recente esta postura genérica vem ganhando substancial peso, apesar das polêmicas que se estabelecem entre diversas linhas de interpretação.

Um exemplo característico está na obra de *Amin e Verghopoulos* (22). *Amin* destaca a importância de se estudar o campesinato contemporâneo dentro do quadro da formação em que está circunscrito, no caso, o modo de produção capitalista. Para tanto, considera essencial o conceito de dominação:

"Pretendemos que o conceito de dominação fosse extremamente preciso e comportasse:

1. a dominação da lei fundamental do modo dominante, que determina as condições de reprodução do conjunto da formação (assim por exemplo: a lei de acumulação capitalista determina as condições de reprodução da sociedade capitalista em toda a complexidade das relações entre suas diversas "partes", entre elas a economia industrial e camponesa);

2. conseqüentemente, a transferência de uma parte do excedente produzido pelos modos de produção dominados para o modo dominante (por exemplo, a transformação da renda em lucro);
3. a dominação política da classe dominante, sendo as outras classes reduzidas, na melhor das hipóteses, à condição de aliadas e
4. a dominação da ideologia do modo dominante" (23)

Dessa forma, o campesinato subordinado (dominado) ao modo de produção capitalista está esvaziado de seu conteúdo uma vez que o capital lhe despoja da propriedade real do solo. Isso ocorre, principalmente, por meio da distorção de preços relativos em detrimento dos preços agrícolas que ocasiona a anulação da renda do solo e a redução da remuneração camponesa (que se equipararia à da força de trabalho proletária).

Portanto, para Amín, o camponês continua formalmente proprietário (do solo e dos equipamentos), mas está desprovido do controle real de seus meios de produção. O processo produtivo escapa de seu poder de decisão por meio de imposições que lhe são criadas: padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização. Conclui, então, Amín que

"O camponês reduzido a esta condição é um semiproletário: proletário porque é subordinado à dominação do capital que o explora e tira dele a mais-valia; semi-proletário porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre. Objetivamente proletarizado, o camponês permanece, no plano de sua consciência de classe, um pequeno produtor" (24).

Vergopoulos aproxima-se bastante das proposições de Amín no que diz respeito ao caráter subordinado da agricultura à racionalidade do setor industrial. Assim, o campesinato é visto como compatível ao processo de acumulação capitalista uma vez que ele constitui uma forma recriada pelo capita-

lismo moderno e a ele articulada. No entanto, a reconstituição do campesinato supõe um movimento contraditório:

"de um lado, o modo de produção capitalista transforma a agricultura a seu modo, isto é, de forma diferente em relação à indústria e, de outro lado, o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra e, sobretudo, ao seu modo de vida. Os dois movimentos coexistem, na tendência geral, em favor da manutenção da exploração agrícola familiar" (25).

O modo de vida camponês não se prende ao lucro ou à acumulação, mas visa simplesmente à reprodução permitindo que o camponês contente-se com o equivalente a um salário. Desse modo, os preços agrícolas podem tender a cobrir apenas os gastos em capital constante e salário, sendo a mais-valia captada pelo capital urbano. Conclui, pois Vergopoulos:

"O modo de produção capitalista em lugar de suprimir a propriedade fundiária, simplesmente 'banalizou-a'. Esta situação, criando uma 'troca desigual', permitiu ao capital não apenas retomar a renda fundiária, porém, mais do que isso, instaurar uma espécie de fluxo de renda ao inverso: os lucros da agricultura são captados pela indústria" (26).

A tese da subordinação da pequena produção ao capital também repercutiu entre os autores brasileiros que a desenvolveram sob múltiplas formas.

Há um longo caminho a rastrear para buscar as origens dessa preocupação. Ela nasce, de certo modo, como reação às teses que afirmavam ser a agricultura atrasada (no plano técnico e com base em relações de produção não capitalistas) um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento econômico (27). Francisco de Oliveira refutou essa tese e colocou o caráter "primitivo" das relações de produção na agricultura como elemento fundamental da refutação:

"A manutenção, ampliação e combinação do padrão 'primitivo' com novas relações de produção no setor agropecuário tem, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente, maior importância. Ela permitiu um ex-

traordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuiu de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o 'exército de reserva' das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades de acumulação industrial(...) Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinou esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana para rebaixar o preço desta" (28).

Nessa perspectiva, se via reafirmada, a partir do próprio caráter das relações de produção, o caráter "funcional" da agricultura (que vinha sendo indicada com base em outra ordem de argumentos) em clara oposição aos críticos da agricultura atrasada.

É certo, estas proposições não se referiam propriamente à pequena produção, mas a englobavam entre aquelas formas primitivas que permitiam rebaixar o custo dos alimentos e matérias primas para as áreas urbanas em função de sua reprodução ser garantida fora do mercado.

A tese da funcionalidade da agricultura atrasada foi sendo progressivamente contestada na própria medida do avanço do capitalismo sobre o campo. Desse modo, tendeu-se a definir as relações agricultura-indústria (ou campo-cidade) a partir de uma perspectiva dialética (de unidades de contrários), mas sob a dominação do capital. Em outros termos, introduzia-se a hipótese de dominação da agricultura pré-capitalista pelo capital, relação sujeita a constantes mudanças pelo próprio movimento do capital. Sérgio Silva assim interpreta o desenvolvimento do capitalismo na agricultura:

"Essa tendência representa uma manifestação das transformações da agricultura e, por conseguinte, de suas relações com o conjunto da economia; uma manifestação da passagem da dominação indireta à dominação direta do capital na agricultura. A transformação da forma de dominação do capital na

agricultura tende a estabelecer uma nova estrutura de preços e essa nova estrutura tende a afetar as formas de acumulação dominantes" (29).

Da hipótese da dominação do capital sobre a agricultura pré-capitalista, há rápida disseminação da análise rumo à pequena produção.

Baseada em formas tipicamente pré-capitalistas, a pequena produção parecia, ao mesmo tempo, sofrer os efeitos da dominação do capital. Ou seja, por meio das relações de mercado, parcelas substanciais de seu excedente tendiam a ser transferidos para o capital comercial, industrial ou bancário.

A análise da agricultura de subsistência - que tem por base a pequena propriedade - permite a *Graziano da Silva* encaminhar essas proposições:

"Assim, a chamada 'agricultura de subsistência', bem como as relações de produção não-capitalistas em que ela se apóia além de ser produto do próprio movimento de expansão do capitalismo, constitui-se num dos pontos de apoio da sua efetivação, na medida em que, ao produzir à base de uma 'economia do excedente', pode oferecer seus produtos a preços mais baixos no mercado" (30).

Esse resultado geral ganharia expressão concreta, ao permitir a extração do excedente, pela subordinação da pequena produção ao capital mercantil e industrial. Dessa maneira, o capital não expropriava completamente o produtor dos seus meios de produção tornando-o um proletário (como no caso da subsunção real do trabalho ao capital). Dar-se-ia apenas a subsunção formal do produtor ao capital (31). Desse modo, não haveria mudanças nas características particulares do processo de trabalho e o capital extrairia o excedente do pequeno produtor por meio do prolongamento da jornada de trabalho e do subconsumo (32).

A tese assim formulada foi objeto da crítica de *José de Souza Martins* (33) ao lembrar que, em *Marx*, a subsunção formal do trabalho ao capital supõe a prévia destituição dos

57569

07569

meios de produção do produtor independente. É, por exemplo, o caso do artesão endividado que, ao perder seus instrumentos, passa a trabalhar para o comerciante. Não é ainda a subsunção real do trabalho ao capital em que a própria base técnica da produção já se alterou, ou seja, transformou-se em produção coletiva e não mais em produção individual (como no artesanato).

Para *Martins*, no entanto, no caso da agricultura brasileira não é esse o processo que ocorre. Se, por um lado, o capital domina integralmente a produção (setores de exportação com trabalho assalariado), por outro (produção de alimentos para o mercado interno) as bases da produção não se modificaram: o pequeno produtor com propriedade ou posse da terra e dos seus instrumentos de produção. Não vê *Martins* como, neste caso, possa haver subsunção do trabalho ao capital, nos termos da sujeição formal como definida acima.

"Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, usando unicamente o seu trabalho e o da família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital"⁽³⁴⁾.

Desse modo, onde o capital não pode tornar-se proprietário efetivo da terra, ele assegura uma forma de extrair a renda. O pequeno proprietário está constantemente endividado com os Bancos para obter os recursos para a sua produção (sementes, equipamentos, fertilizantes, etc.), dando como garantia a hipoteca da própria terra. Para *Martins*, os juros pagos pelo crédito expressam, a rigor, a transferência da renda diferencial para o capital. Em outros termos, o pequeno proprietário transforma-se em arrendatário quando paga ao capital, sob a forma de juros, a renda da terra.

As distintas posições arroladas acima, apesar de suas amplas divergências, mantêm um ponto em comum: a hipótese da dominação da pequena produção pelo capital. As característi-

cas e os mecanismo dessa dominação são indicados de modo distinto, constituindo hipóteses significativas a serem testadas no caso em estudo nesta pesquisa.

Vale reter, no entanto, um aspecto fundamental que deriva desta concepção: submetido ao domínio do capital, o pequeno produtor perde progressivamente a autonomia que podia ter no sentido de organizar sua própria vida econômica. As restrições impostas pelo capital, no processo de ampliar a extração do excedente, reduzem ao mínimo os graus de liberdade do pequeno produtor: extensão da jornada de trabalho, subconsumo, extração da renda da terra, pressões sobre os preços, contratos de fornecimento para a indústria etc. são formas alternativas de indicar que as condições de trabalho do pequeno produtor se vêm progressivamente determinadas pelas exigências do capital.

Esta, em suma, a hipótese de ordem geral que sugere o confronto com as hipóteses anteriores, ao longo da análise da evidência levantada em Sapezinho.

NOTAS

- (1) Schultz, Theodore W. A Transformação da agricultura tradicional. Trad. de J. C. Teixeira Rocha. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- (2) Id. *ibid.* pg. 39
- (3) *Ibid.* p. 40
- (4) *Ibid.* p. 47
- (5) *Ibid.* p. 12
- (6) Nakajima, Chihiro. Subsistence and Commercial Family Farms: Some Theoretical Models of Subjective Equilibrium in Wharton, C.R. (Jr.). Subsistence Agriculture and Economic Development. Chicago, Aldine, 1968. p. 166.
- (7) Lipton, Michael. The Theory of Optimising Peasant. Journal of Development Studies. Vol. 4. Apr. 1968. nº 3. p. 332.
- (8) Schejtman, A. Elementos para una Teoría de la Economía Campesina. El Trimestre Económico. Vol. 42. ⁽²⁾ 1966. p. 489. *ASRAI - Juncos*
 ↳ *pequeños propietarios y campesinos de hacienda.*

- (9) Paiva, Rui Miller, A Agricultura no Desenvolvimento Econômico: Suas Limitações como Fator dinâmico. Rio de Janeiro, IPEA, 1979 (S.M.nº 30).
- (10) Paiva, Rui Miller, Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. Pesquisa e Planejamento. 11(2): 171-234, dez. 1971.
- (11) Pastore, José. Agricultura de Subsistência e Opções Tecnológicas. Estudos Econômicos. 7(3); 9-18, 1977.
 Alguns dos elementos assinalados por Pastore para o caso brasileiro já eram indicados por Galjart, B. Difusão Cultural, Modernização e Subdesenvolvimento. In: Szmeccsányi, T. & Queda, O. Vida Rural e Mudança Social. 3ª ed., São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1979. p.57-65.
 Galjart considera importante três variáveis - ignorância, impotência e desinteresse - no sentido de melhor avaliar o atraso em áreas rurais. Cada variável estaria ligada a um tipo de política visando o desenvolvimento agrícola.
- (12) Os textos de Chayanov a que temos acesso são os publicados em Chayanov, A.V. The Theory of Peasant Economy. Homewood, The American Economic Association/Richard Irwin, 1966.
- (13) Chayanov, A.V. On The Theory of Non-Capitalist Economic Systems In: op.cit. p.4.
- (14) Chayanov, A. V. op.cit., p.5.
- (15) Ibid. p.6.
- (16) Chayanov, A.V. Peasant Farm Organization. Jn: Chayanov, A. V. op.cit. p.29-369.
- (17) Sen, Amartya K. Peasants and Dualism with or without surplus labor. In: The Journal of Political Economy. 64 (5): 425-50, out. 1966.
- (18) Nakajima, C. op.cit..
- (19) Martins, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975 (Introdução). Devemos lembrar ainda o trabalho precursor de Cândido, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. 4ª ed. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

- (20) Martins, José de Souza. Modernização Agrária e Industrialização no Brasil. In: op.cit. p. 12.
- (21) Sandroni faz restrições à conclusão de Martins (origina da de pesquisa de R.M.Paiva e W.Nichols) de que os produtores da Planície teriam rendimentos líquidos negativos. Acredita que este resultado derivam do cálculo da renda da terra com base em taxa excessivamente elevada. Sandroni, Paulo. A Questão Agrária e Campesinato. São Paulo, Polis, 1980.
- (22) Amin, Samir e Vergopoulos, Kostas, A Questão Agrária e o Capitalismo. Trad. de Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- (23) Amin, S. & Vergopoulos, K. op.cit. p.12.
- (24) Ibid. p. 38.
- (25) Ibid. p. 136-7.
- (26) Ibid. p. 132.
- (27) Para uma revisão dessa polêmica ver: Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. EIAP/FGV. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, nº 7, Brasília, BINAGRI, Edit. 1979.
- (28) Oliveira, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Seleções CEBRAP nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1975. p.18.
- (29) Silva, Sérgio. Desenvolvimento Econômico e Agricultura no Brasil. III Encontro Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia. Garanhuns, Pernambuco, 1975. (mimeo). p. 14.
- (30) Silva, José F. Graziano (coord.). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Economia Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978. p. 9.
- (31) "Pensamos que todas as formas de trabalho não assalariadas são capitalistas quando estão subsumidas formalmente ao capital, isto é, quando sejam expropriadas do sobre trabalho na forma de mais-valia absoluta. Para que essa subsunção se faça real, é preciso que o modo de produ -

ção capitalista seja dominante", Bruit, Héctor H. A Pequena Produção Agrícola e o Desenvolvimento do Capitalismo . Anais da Semana de Estudos de História Agrária. Assis , Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP, 1982. p. 122.

- (32) Várias autores, como Maria de Nazareth B. Wanderley H. Bruit e José Graziano da Silva, acreditam que, por o camponês estar inserido no capitalismo, sua reprodução "se deve ao movimento do próprio capitalismo que lhe recriaria de acordo com os seus interesses; por isso o camponês precisa ser entendido como algo novo criado pelo capital: a 'reprodução camponesa' não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um 'novo camponês' que nada mais é do que um trabalhador para o capital". Silva, José Francisco Graziano. p. 10.

"A constituição da propriedade e das formas econômicas na agricultura brasileira somente pode ser entendida dentro do desenvolvimento capitalista e de nenhuma maneira como elementos pré-capitalistas ou não-capitalistas. A exterioridade dessas formas econômicas que induz muitos autores a qualificá-las como não capitalistas, é produto do próprio processo de reprodução do modo de produção capitalista". Bruit Héctor H. op.cit.p. 129.

- (33) Martins, José de Souza. "A sujeição da renda da terra ao Capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária". Encontros com a Civilização Brasileira. nº 22, 1980.
- (34) Ibid. p. 218.

CAPÍTULO II
A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL EM SAPEZINHO

CAPÍTULO II

A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL EM SAPEZINHO

Como dissemos anteriormente, o Núcleo Rural de Sapezinho, por meio de intervenção governamental está sofrendo um processo singular de transformação. Com base, então, nos relatórios apresentados pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED), ⁽¹⁾ faremos uma breve descrição do Programa de Implantação do Projeto Agroindustrial Módulo da Mandioca.

Em 1978, o governo Brasileiro e o Banco Mundial, com base em um acordo de empréstimo, criaram o "Projeto de Nutrição Brasil/BIRD" (PNRB) que teve como um dos propósitos a escolha e a implantação de um subprojeto experimental que objetivava: "a racionalização dos processos de comercialização agrícola, agregando valor à produção dos pequenos agricultores, gerando emprego no setor rural, reduzindo as perdas pós-colheitas, estendendo a vida útil de matérias primas e alimentos básicos, vencendo os períodos de entressafra e de escassez ocasional e finalmente, possibilitando o abastecimento urbano de forma mais regularizada, com melhores alimentos, e a menores preços" ⁽²⁾.

Embora os objetivos desse Projeto fossem bastante amplos, a estratégia de operação fundamentou-se na introdução de procedimentos tecnológicos para a associação dos pequenos produtores, assim como em trabalhos junto à comunidade para o desenvolvimento de métodos de cultivo e para aceitação e esclarecimento do projeto em si.

O CEPED, órgão executor de um desses projetos - "Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da. Ba-

hia", comprometeu-se a definir, implantar e operar experimentalmente um Módulo Agroindustrial auto-sustentado com pequenos produtores de mandioca.

Na proposta de trabalho descrita pelo CEPED foram delineados os principais objetivos para a realização desse Projeto:

- "definir tecnologias apropriadas para produtores de baixa renda, capazes de estimular o desenvolvimento agroindustrial, a melhoria da produtividade, elevação de renda e aumento da oferta de alimentos básicos;
- fornecer parâmetros e informações para subsidiar o delineamento de políticas de desenvolvimento regional e de melhoria do estado nutricional da população;
- desenvolver formas de aprendizado junto à comunidade de pequenos produtores rurais com vistas a permitir o crescimento econômico-social auto-sustentado;
- obter, em consequência, a elevação da renda familiar e regional e a melhoria dos padrões de alimentação e da qualidade da vida em geral;
- adicionar à oferta regional, alimentos de fácil aceitação do ponto de vista dos hábitos alimentares;
- elevar a produtividade dos segmentos primários e secundários, incrementando as quantidades produzidas por áreas e reduzindo as perdas de produção e transformação com aproveitamento otimizado dos excedentes da produção agrícola e dos rejeitos do processo industrial;
- exercitar a desconcentração industrial através da implantação de unidades agroindustriais próximas às fontes de produção;
- propiciar o desenvolvimento de relações inter-módulos, com o intuito de fortalecer relacionamento inter-industrial em geral, contribuindo para a dinamização e integração setorial;
- gerar capacitação para coordenação e atuação a nível de sistemas agroindustriais integrados" (3).

Após a definição dos objetivos do projeto foram elabora-

das diretrizes para a seleção da população a ser trabalhada. Pesquisados vários núcleos rurais - Sapezinho, pertencente ao Município de São Felipe, conseguiu reunir os principais condicionantes que nortearam a escolha:

"Área tradicionalmente produtora de mandioca e fornecedora para o mercado de Salvador; distância relativamente pequena desta cidade permitindo maior assistência técnica do CEPED; relativa proximidade de órgãos de desenvolvimento agrícola sediados em Salvador ou Cruz das Almas (a Escola Agrônômica, o Centro Nacional de Fruticultura e Mandioca); estrutura agrária na qual têm grande peso os pequenos proprietários e arrendatários que produzem com métodos tradicionais, fumo e alimentos (mandioca, milho, amendoim); condições de vida nas quais a maioria da comunidade pode ser incluída na pobreza absoluta; existências de formas embrionárias de organização dos pequenos produtores e trabalhadores rurais" (4).

Antes de ter início a concepção do Módulo Agroindustrial, o CEPED realizou pesquisas para conhecimento da região a ser trabalhada, na qual foram investigados dois tipos de dados:

1. Levantamento de dados secundários sobre os aspectos físicos e sócio-econômico da área, fornecidos principalmente por órgãos de desenvolvimento (Conder, Ceplab, Embrapa, Emater);
2. Pesquisa de Campo realizada junto aos chefes de famílias residentes em Sapezinho.

Os resultados dessas duas pesquisas levaram à organização do "Quadro de Carência e Recursos da Comunidade de Sapezinho" (junho de 1979), que descreveremos adiante.

O Município de São Felipe onde localiza-se Sapezinho, teve origem em 1678 desenvolvendo-se a partir das lavouras de cana-de-açúcar, fumo, mandioca e cereais. O Município tem 153 Km² e está localizado no planalto do Recôncavo Bahiano.

"No contexto agrícola, a economia de subsistência prevalece no Recôncavo. Foi gerada no interior do sistema canavieiro; cuja função básica era produzir alimento para os escravos e auxiliares da agro-indústria canavieira. Somente a par

tir do processo de urbanização e formação de mercados correspondentes, a agricultura de subsistência tornou-se autônoma com a definição de mercados próprios. Numa época posterior, essa atividade sofreu um processo de estagnação dado a concorrência de outras regiões produtoras com maior vocação agrícola" (5).

Atualmente, a atividade econômica mais importante da região é a agropecuária, figurando como principal a bovinocultura de corte, que se tem expandido principalmente nos últimos anos, pelos médios e grandes proprietários. A suinocultura tem também uma posição de destaque, embora não seja explorada extensivamente, sendo uma exploração típica de "fundo de quintal".

As lavouras temporárias são exploradas nos minifúndios ou em terras arrendadas nas propriedades médias e grandes, utilizando-se, basicamente, mão-de-obra familiar. Dentro desse processo figura como relevante a lavoura da mandioca, sendo transformada em farinha e derivados num sistema de ajuda mútua e em pequenas unidades artesanais, (conhecidas como "casas de farinha"), e a lavoura fumageira. Esta última difere das outras lavouras de subsistência tanto do ponto de vista tecnológico, pelo uso de fertilizantes orgânicos (torta de mamona), como em função do destino da produção, que é totalmente comercializada. O produto das outras lavouras alimentares: feijão, milho, amendoim, inhame etc., destinam-se praticamente ao consumo familiar sendo comercializado em pequenas quantidades e esporadicamente.

A cana-de-açúcar e o algodão estão em processo de decadência pela redução da fronteira agrícola. A citricultura merece um destaque especial, devido a atual política oficial de incentivo ao aumento da produção, no planalto do Recôncavo, (conforme tabela I) O café, embora figure significativamente foi, quase totalmente erradicado da região, cedendo terreno para outros cultivos.

TABELA I
EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE-BA

Rebanhos e Produtos	Área Colhida (ha)			Efetivo e Produção (t)		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Bovinos	-	-	-	5.816	10.744	10.744
Suínos	-	-	-	6.729	7.271	7.570
Algodão herbáceo	144	142	132	202	213	198
Cana-de-açúcar	173	152	125	7.654	7.600	6.250
Feijão (em grão)	55	36	38	40	21	23
Fumo (em palha)	1.096	1.300	1.271	770	600	646
Milho	55	52	100	81	94	90
Mandioca	500	400	400	750	800	800
Café (em grão)	360	360	401	210	210	233
Laranja (1000 frutos)	40	59	61	4.800	8.260	7.495

Fonte: SEPLANTE/CEPLAB, In "Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho" junho/1979.

Como toda a região, Sapezinho também se desenvolveu a partir das lavouras de cana-de-açúcar, originando-se da subdivisão de um antigo engenho (ocupando cerca de 1,9% do total do Município). Nesse núcleo rural concentram-se, principalmente, pequenos produtores que "sobrevivem à base da exploração agrícola em moldes de subsistência, atividade que se desenvolve com recursos cada vez mais escassos (principalmente a terra), o que provoca a evasão da mão-de-obra no sentido dos mercados mais atrativos do próprio Recôncavo (notadamente a Região Metropolitana de Salvador), São Paulo e outros centros.

"A atividade agrícola mais importante é a de produção de alimentos, tendo como destaque o sistema agroindustrial de mandioca voltado para a produção de farinha. Além dos alimentos, existe a exploração fumageira que individualmente, ocupa o primeiro lugar em termos de valor bruto da produção, não se constituindo, contudo, tanto Sapezinho como São Felipe, em centros de destaque de produção de fumo" (6).

No período em que foram realizadas as entrevistas pelo

CEPED - novembro de 1978 - a população de Sapezinho era formada por 64 famílias integradas em média, por 5 membros.

Pela pesquisa foi observado que a maioria dos chefes de famílias tinha como ocupação principal o trabalho na lavoura (95%), sendo que a categoria de proprietário representava 52,38%, podendo também somar a essa categoria os que trabalhavam em terras cedidas (pelo pai, sogro ou outros parentes, terra do cônjuge e herança dos filhos) sem que houvesse qualquer tipo de pagamento em contra partida (20,63%).

A categoria de arrendatários e parceiros representava 22,22% do total. A forma de pagamento, pela exploração de terra, por essa categoria era dada sob diversas formas: um dia de trabalho por semana, um terço da produção, "meia" e pagamento anual em dinheiro. Com apenas uma exceção (exigia-se que o produtor plantasse fumo), nenhum dos proprietários interferia no processo produtivo.

No ano de 1978, a cultura que teve maior área destinada para a sua produção foi a da mandioca (em média 0,8 hectares por agricultor), seguindo-se o fumo, o amendoim, o milho e o feijão.

"A produção resulta do trabalho familiar, pela distribuição das tarefas de cultivo e fabricação de farinha de acordo com a capacidade física de cada pessoa. (...) a partir dos 11 anos de idade as crianças já passam a ajudar os pais na lavoura. Nos casos de excesso de serviço é comum, a "troca de dias" sendo pouco aqueles que pagam o dia de serviço"⁽⁷⁾.

Dos produtores entrevistados apenas 5 utilizavam maquinaria para o preparo da terra (aração e gradagem). Com exceção do fumo, em que os compradores ofereciam adubo (torta de mamona), os produtores não o utilizavam em outras culturas.

Quanto as condições de vida desse núcleo rural verificou-se pelos indicadores sociais uma situação de pobreza. A maioria das casas⁽⁸⁾ tem paredes de adobe (52,38%) ou taipa (42,86%), cobertura de telha (68,25%) ou palha (31,75%), com piso de terra batida (76,20%), construídas geralmente pelos próprios moradores e vizinhos. Não havia energia elétrica, pou

cos bebiam água filtrada, e 60% dos chefes de família eram analfabetos ou só assinavam o nome.

A análise da estrutura etária demonstrou que essa população (332 pessoas) se concentra nas extremidades e principalmente nos estratos inferiores: 53% dela tem até 15 anos, e mais de 71% tem até 20 anos. A explicação desse fenômeno é dada pelo movimento migratório que atinge, principalmente, as pessoas com mais de 21 anos.

Além do trabalho da roça a maior parte dos produtores de Sapezinho processava a sua produção de mandioca e a comercializava na forma de farinha. Em Sapezinho funcionavam regularmente 5 "casas de farinha". Essas casas eram em geral rudimentares, construídas com materiais encontrados na vizinhança (parede de adobe, piso de chão batido, telhas de barro cozido etc.) não obedecendo a critérios importantes como o do posicionamento (em relação à circulação de ar, entrada de luz, chuva etc.).

A produção de farinha se estabelecia em bases de ajuda mútua entre as famílias (adjutório). O dono da casa de farinha recebia 10% da produção como forma de pagamento pela utilização das instalações.

A capacidade média dessas casas era de 2 sacos do produto por jornada de 10 horas, com a ocupação média de 18 pessoas para o processamento.

Os tipos de acidentes mais frequentes que ocorriam nessas casas eram:

- "a. Queimaduras nos fornos durante o processo de secagem.
- b. Cortes durante a desintegração: as raízes são impulsionadas contra as serrilhas com o auxílio das mãos. É uma operação arriscada.
- c. Em duas casas de farinha as prensas são do tipo alavanca. Numa operação descuidada pode acontecer o desprendimento do toro de madeira (bastante pesado) causando até um acidente fatal"⁽⁹⁾.

Após o processamento da mandioca os produtores retira-

vam uma parte da sua produção, cerca de 8% em média, para o consumo familiar e o restante vendiam a intermediários.

A pesquisa realizada pelo CEPED concluiu que:

Os produtores, por falta de armazéns e condições econômicas para estocagem, comercializavam praticamente toda a produção de farinha na feira de São Felipe, onde a maior parte do produto era vendida aos grandes compradores de Salvador, na maioria deles, fornecedores de Supermercados da Capital.

O preço da farinha era determinado basicamente pelo balanço entre a oferta e procura do dia, entretanto, além da classificação por qualidade, podiam ocorrer fatores esporádicos que determinavam sua queda - é o caso da 'farinha fria', muito comum em tempo chuvoso, dado as precárias condições de armazenamento do produto processado.

O produto era geralmente vendido em sacos de 50 Kg e o intermediário, a título de perdas, só recebia a farinha com 1 a 5 Kg a mais do peso de referência⁽¹⁰⁾.

Os outros produtos alimentares que tinham uma participação significativa na comercialização eram o amendoim e o milho, sendo comercializados na própria "roça" ou na feira de São Felipe.

Quanto a comercialização do fumo, o produtor vendia toda a sua produção aos armazéns exportadores a quem estavam vinculados pelo financiamento da torta de mamona, alimentos etc. O preço era definido pelos compradores e por vezes a produção não bastava para os produtores saldarem os seus compromissos com aqueles.

Com base nessas características da população de Sapezinho verificadas nas pesquisas realizadas pelo CEPED aqui resumidas, partiu-se para a elaboração e implantação do Projeto Módulo.

A intervenção de modo geral se deu em três áreas distintas.

1. Na Área Agrícola

Em termos práticos, foi demonstrada a importância do uso de novos equipamentos, a correção e fertilização dos solos, o uso de sementes selecionadas, o combate às pragas e doenças. Para isso, implantaram uma quadra de demonstração de feijão e milho numa área considerada improdutiva. Foi destinada uma área para uma horta permanente. Também foram ministrados alguns cursos de técnicas de plantio.

Desse modo, criou-se a necessidade de obtenção de crédito rural para o financiamento das lavouras dos produtores. Assim, por meio dos técnicos do CEPED, foi possível o deslocamento do gerente do Banco do Brasil (Agência da Cruz das Almas) para uma reunião com os produtores. Foi explicado o sistema de financiamento do Banco para pequenos produtores e todos os produtores que se interessaram no custeio, mesmo aqueles que não tinham o título de propriedade, o obtiveram.

2. Na Área Industrial

As antigas casas de farinha funcionam com base nos seguintes conjuntos de equipamentos:

Após o recebimento da matéria prima e a raspagem que era realizada manualmente, por meio de facas, a mandioca era levada ao desintegrador movido por motor a óleo diesel. Depois da desintegração a prensagem se processava em uma prensa manual de madeira construída artesanalmente, movida por parafusos de madeira. A secagem era feita através de fornos com tachos de barro. "Os operadores agitam constantemente a farinha para que esta não se queime. O primeiro operador 'za za' a farinha: remove a água residual e o, o outro, faz acabamento ou torração. O ponto ideal de torração é dado pelo próprio operador através do 'tato'; ele coloca um pouco de farinha entre os dedos para sentir se está tenra ou não. Esta operação é muito importante para o rendimento final. Se o operador não for eficiente ele pode produzir muitos caroços e a relação caroço/farina pode ser aumentada, diminuindo

do o rendimento em termos de farinha"⁽¹¹⁾. A peneiragem era feita também manualmente por meio de peneiras.

As mudanças introduzidas no processo de fabricação de farinha foram:

A prensagem passou a ser realizada numa prensa automática acionada com motor elétrico. Para isso foi solicitado pelo CEPED a implantação de linhas para o abastecimento de energia elétrica. A secagem passou a ser processada por meio de fornos automáticos, fabricados em chapas de ferro, acionados com motores elétricos. Foi introduzido um uniformizador, acionado com motor elétrico, para melhor aproveitamento dos caroços e raspas. Também a peneiragem passou a ser automática, acionada por motor elétrico.

Um dos problemas que surgiu no processamento da mandioca é que os produtores eram contrários ao processamento conjunto, como forma de economizar energia. Cada um queria saber o resultado final do seu produto.

Declaração de um produtor, na reunião semanal de 14/05/79:

"... uma casa de farinha como esta é boa, mas cada qual continuando com o mesmo direito do seu produto, mas misturar a mandioca um com o outro vai dar confusão; porque quem tem mandioca boa não quer perder e também todo mundo gosta de saber quanto sua mandioca deu de farinha..."

A área destinada à instalação da unidade de processamento do Módulo foi definida juntamente com os produtores. Na construção das instalações físicas da fábrica trabalharam técnicos fornecidos pelo CEPED, os próprios moradores de Sapezinho, em "mutirões" e "adjutórios", e trabalhadores assalariados. O projeto de construção civil foi planejado com o emprego da técnica de "solo-cimento" o que reduziu consideravelmente o custo da obra (30%).

3. Na Área de Gerência do Módulo Agroindustrial.

A proposta do CEPED era de não impor para os agricultores o tipo de organização que iria gerenciar o Módulo. O ob-

jetivo que se desejou alcançar era de os próprios agricultores se sensibilizarem e decidirem o tipo ideal de organização, tendo porém como princípios básicos:

- "a. a organização deve ser institucionalmente independente e autônoma, isso é, deve ser gerida pelos próprios pequenos produtores envolvidos;
- b. o modelo de organização deve garantir a existência de processos internos democráticos, particularmente no que respeita ao acesso ao poder de direção" (12).

Por fim, após discussões e análises sobre a forma associativa mais apropriada de gerenciar o Módulo optou-se pela cooperativa, pelos seguintes motivos:

- "-As sociedades cooperativas têm prioridade na obtenção de financiamento e ajuda financeira oficiais bem como para execução de serviços e projetos que dependem de aprovação governamental;
- Podem canalizar distintas modalidades de ajuda oficial econômica e social como crédito, subvenções etc.;
- Contam com banco próprio (BNCC) possibilitando o acesso ao crédito de forma mais rápida e eficiente;
- Recebem assistência técnica, financeira e apoio para treinamento administrativo, contábil e gerencial através do INCRA;
- Prestam serviços aos cooperados desde os insumos, assistência técnica e comercialização da produção;
- Eliminam a intermediação nociva do processo de comercialização;
- Protegem os direitos do associado como produtor ou consumidor;
- Fomentam a educação, formam dirigentes, capacitam técnicos que podem desempenhar outras atividades na comunidade, valorizando a mão-de-obra rural" (13).

Em 31/03/80 foi instituída a cooperativa com 41 sócios fundadores, responsáveis pela integralização de 5 quotas partes de Cr\$ 100,00 cada quota. Em 1981 a cooperativa já conta

va com 100 sócios, inclusive produtores de outros núcleos do Município de São Felipe.

A princípio, a administração do Módulo sofreu vários ajustes até que os produtores pudessem se adaptar à produção industrial. Por exemplo, no início o processamento apesar de ser de responsabilidade da cooperativa, o associado tinha o direito de acompanhar e controlar todas as suas fases. O sistema de processamento se fazia separado por família, com prejuízo no uso de prensa, forno etc.

A produção estimada para um processamento diário de 10 toneladas de raiz de mandioca (10 horas por dia) era de 2.500Kg ou de 50 sacos de farinha, com 6 empregados fixos (1 encarregado de Produção e 5 operadores).

No entanto essa quantidade de raiz era 3 vezes maior do que a produzida pelos agricultores de Sapezinho, devendo então a cooperativa buscar 77,6% da matéria prima em outros mercados. Desse modo para a administração interna da cooperativa foi elaborado um estatuto que diferenciava a raiz adquirida pela cooperativa da raiz fornecida pelo cooperado prove-niente de sua plantação:

"A. Raiz Adquirida pela Cooperativa

1. A aquisição será realizada pela Cooperativa, diretamente, com capital de giro próprio, CFP, CEPED, INAN, BNCC, Banco do Brasil e Banco Itaú.

2. Processamento

O pessoal encarregado do processamento será fixo, com pagamento mensal, existindo escala para a produção de goma e raspagem da raiz, cujos encarregados recebem mensalmente. Esta escala de trabalho deverá beneficiar, preferencialmente, as famílias mais pobres.

3. Comercialização

Este item estará sob a responsabilidade direta do agente da Cooperativa, os produtos obtidos serão vendidos, preferencialmente, mediante acordos de forne-

cimentos, aos seguintes clientes: Cobal, Supermercados, Atacadistas de São Felipe, Feira de São Felipe etc... (14).

4. Remuneração/Administração

A farinha, a goma e as raspas (transformadas em ração) serão negociadas diretamente pela Cooperativa. O lucro dessa operação só será repassado aos associados mediante a distribuição proporcional das sobras na forma prevista nos estatutos (15).

B. Raiz Fornecida pelo Produtor

1. Aquisição da matéria prima

A cooperativa receberá a matéria prima dos cooperados, (16) remunerado-os a preço fixo do dia. Efetuar-se-ão adiantamentos e/ou pagamentos semanais aos produtores. Será utilizado critério de seleção por qualidade de matéria prima.

2. Processamento

De inteira responsabilidade da cooperativa (17).

3. Comercialização

Estará sob a responsabilidade direta do Gerente da Cooperativa, os produtos obtidos serão vendidos, preferencialmente, mediante acordos de fornecimentos, aos seguintes clientes: Cobal, Supermercados, Atacadistas de São Felipe, Feira de São Felipe etc...

4. Remuneração/Administração

O produtor receberá mensalmente um adicional sobre o 'preço do dia', calculado sobre o lucro obtido na comercialização dos produtos. Este lucro calculado descontado do valor de venda dos produtos, o custo da matéria prima, mais 25% do faturamento da farinha" (18).

Estas são as normas que dizem respeito às relações entre associados e cooperativa para o processamento de mandioca. Cabe investigar, agora, de que maneira a modernização do

fabrico de farinha e o estabelecimento da cooperativa mudaram os padrões prévios no núcleo rural de Sapezinho, o que é objeto do capítulo seguinte.

NOTAS

- (1) O CEPED foi criado em 08/07/70, é uma entidade de administração descentralizada do Estado, sob a forma de fundação, vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia técnico científica, administrativa e financeira.
- (2) CEPED-PROAGRO. Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, 1º Relatório de Andamento, set. 1978, (mimeo).
- (3) CEPED-PROAGRO. Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, Plano Operacional, mar. 1979, p.3-4.
- (4) CEPED-PROAGRO. Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, Avaliação do Projeto Módulo Mandioca, 1º Relatório, autor: Joviniano C. Neto, maio 1980, p. 2.
- (5) CEPED-PROAGRO. Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho - São Felipe - Bahia. jun.1979, p. 19.
- (6) CEPED-PROAGRO, jun.1979. op.cit. p.36-7.
- (7) Ibid.p. 56-7.
- (8) Na região existem algumas unidades residenciais construídas de "solo-cimento", pelo Programa de Tecnologia do Habitat, técnica desenvolvida pelo CEPED e pela Universidade de Brasília. Essas construções são consideradas de baixo custo e de fácil construção.
- (9) CEPED-PROAGRO, junho 1979. op.cit. p.102-3.
- (10) Ibid. p.60.
- (11) CEPED-PROAGRO, Projeto Experimental Módulo Agroindustrial

de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, jul/1979. p.26.

- (12) CEPED-PROAGRO. mar.1979. op.cit. p. 37-8.
- (13) CEPED-PROAGRO, Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, Modelo de Gestão. Autor: José Augusto Carvalho Nunes. jul.1980. p.6.
- (14) Na época da pesquisa de campo a farinha de mandioca produzida pela cooperativa estava sendo vendida para a COBAL, com um subsídio dado pelo PROCAB, por intermédio do INAM.
- (15) Segundo, os "Estatutos da Cooperativa Agrícola dos produtores de Mandioca de São Felipe", artigo 13e: "A cooperativa distribuirá juros de 10% (dez por cento) ao ano, que serão contados sobre a parte do capital integralizado, em havendo sobras".
- (16) Devido a problemas no fornecimento, em que alguns cooperados mais capitalizados adquiriam raízes de outros lugares, foi limitado em 1 tonelada por semana, por associado. CEPED-PROAGRO. "Projeto Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia "10º Relatório de Andamento", abr. 1981. p. 12.
- (17) Foi instituída uma taxa de 10% sobre o faturamento a ser deduzida da venda dos produtos pela cooperativa.
- (18) CEPED-PROAGRO. abr. 1981, op.cit. anexo III.

CAPÍTULO III

OS PEQUENOS PRODUTORES DE SAPEZINHO

CAPÍTULO III

OS PEQUENOS PRODUTORES DE SAPEZINHO

No capítulo anterior, procuramos descrever os principais elementos que compõem a proposta de intervenção na economia do núcleo rural de Sapezinho. Os efeitos dessa intervenção dependem, além de sua própria execução, da reação dos produtores locais às mudanças que nela está incluída.

Este capítulo tem, portanto, o objetivo de entender os princípios da conduta econômica dos pequenos proprietários de modo a permitir algum tipo de previsão sobre a sua reação à intervenção proposta. Na primeira parte do capítulo, apresentamos algumas características gerais e econômicas do núcleo de Sapezinho com informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com os próprios produtores. Em seguida, tentamos sistematizar essas informações de modo a fixar alguns parâmetros da ação dos pequenos proprietários locais. Para tanto, retomamos a discussão realizada na revisão da literatura do Capítulo I em confronto com os dados apresentados ao longo deste capítulo. Como resultado, esperamos indicar algumas características da conduta dos pequenos produtores, embora não se pretenda chegar à formalização de um modelo estatístico.

O NÚCLEO RURAL DE SAPEZINHO

As entrevistas que fornecem as informações para este capítulo foram realizadas em setembro e outubro de 1981. Dos 64 moradores do núcleo rural de Sapezinho, entrevistamos 37 pequenos produtores encontrados em suas casas ou na própria

cooperativa.

O questionário foi formulado de modo a incluir perguntas referentes ao período anterior à instalação do módulo de mandioca (1979). Desse modo, procuramos reconstituir, pelos depoimentos dos pequenos produtores, as mudanças ocorridas em função do projeto.

As entrevistas revelaram, de início, que a maior parte dos produtores é de origem local: dos 37 entrevistados, 31 (84%) nasceram em São Felipe, 5 (13%) no Estado da Bahia e apenas 1 (3%) nasceu fora da Bahia (Sergipe), embora esteja em São Felipe desde pequeno.

O grau de escolaridade dos entrevistados reflete o nível escolar rural brasileiro, principalmente no Nordeste. 43% dos entrevistados não estudaram ou só sabem assinar o nome. O restante não terminou o primário, com duas exceções: a da professora aposentada, atual presidente da Cooperativa, e de um produtor pois ambos chegaram a terminar o 6º ano do 1º grau.

Pela Tabela 1 podemos ver como se distribui o número de pessoas dentro da unidade familiar. O número de pessoas mais frequente por família se situa entre 4 e 6 elementos. Vale observar que não estão sendo contados os parentes que migraram e sim aqueles que estão habitando atualmente na casa.

TABELA 1

FREQUÊNCIA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS

Número de Pessoas	Frequência das Famílias
1	2
2	2
3	4
4	7
5	5
6	6
7	2
8	3
9	3
10	1
13	2

Das 37 famílias, 11 (30%) tem criança de criação em casa, que em geral são da família: neto, sobrinho; ou não. Por

essa forma as famílias de Sapezinho podem ajudar uma família mais numerosa.

Na Tabela 2, que mostra a distribuição ocupacional por família, notamos que 78% das pessoas que trabalham decidam-se ao serviço da lavoura na própria propriedade. Cabe observar que foram incluídos nesse item estudantes que trabalham somente meio período e donas de casa que trabalham menos tempo na roça por causa dos seus afazeres domésticos. "A mulher bota o feijão no fogo e vai me ajudar". Assim, o que está nos interessando no momento é verificar quantas pessoas trabalham na sua lavoura, independentemente do tempo que a esta dedicam.

Há aqueles que trabalham na própria lavoura e fora dela. Dos 27 que se encontram nessa classificação, 59% tem como atividade secundária o trabalho de descascar mandioca. Esse trabalho é esporádico e depende da época em que há mais ou menos Mandioca.

A remuneração é também determinada pelo local de trabalho (Casa de farinha do Sr. N., Cooperativa etc), mas geralmente essa variação não é significativa.

É importante observar que o trabalho remunerado de descascar mandioca é recente. Anteriormente ele era feito por meio de "adjutório" ou mesmo pelo trabalho familiar, ou seja, não havia pagamento por ele. Quando surgiu a cooperativa foi introduzida essa nova forma de trabalho que está sendo também utilizada por outras casas de farinha.

Além desse trabalho, existem mais três entrevistados que também estão empregados graças à cooperativa: dois operadores da casa de farinha e um encarregado. Desses, apenas um trabalha ainda na própria lavoura; os outros dois abandonaram de vez a roça, deixando a mulher e os filhos como responsáveis por ela.

Assim, 15% das pessoas que trabalham estão obtendo renda em suas ocupações há menos de dois anos quando foi implantada a cooperativa.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL POR MEMBROS DE CADA FAMÍLIA

Número da Família	O c u p a ç a o			Nao Tra- balham	Total	Migra- ram
	Na Proprie- dade(roça)	Fora e na Pro- priedade(roça)	Fora da Pro- priedade			
1	1	1 (a)		3	5	
2	2				2	3
3	2			4	6	
4	4			9	13	4
5	1	3 (b)		2	6	
6	2	1 (b)		1	4	3
7	2			2	4	
8	4	4 (c)			8	3
9	7			2	9	5
10	2				2	
11	3	1 (b)			4	3
12	5		1 (b)	3	9	
13		2 (b)		3	5	
14	6				6	1
15	2			1	3	
16	2			1	3	3
17	1	1 (b)		2	4	
18	2			3	5	1
19	6	1 (d)			7	1
20	1	4 (b)		3	8	
21	1				1	1
22	2			3	5	
23	2	2 (b)		3	7	1
24	4	1 (c)		1	6	1
25	3				3	3
26	1	1 (b)		2	4	
27		1 (b)	1 (e)	2	4	
28	1		1 (b)	1	3	1
29	8			1	9	2
30	1			2	3	
31	8				8	1
32	2			4	6	
33	7	1 (f)		5	13	3
34	1				1	
35	6	1 (a)		3	10	1
36	1	1 (g)	1 (h)	3	6	
37	4	1 (i)			5	3
TOTAL	107(52%)	27(13%)	4(2%)	69(33%)	207	44

Obs: (a) Trabalha por dia, "na roça dos outros";
 (b) Descasca mandioca;
 (c) É proprietário de casa de farinha;
 (d) Trabalha aos sábados num açougue;
 (e) Operador de máquina (na cooperativa);
 (f) Costurra "pra fora";
 (g) Ensina na escola;
 (h) Encarregado de produção (na cooperat.), e barbeiro aos sábados;
 (i) "Bolante" (comerciante).

Das 207 pessoas pertencentes às 37 famílias 33% delas não trabalham, sendo, em geral, crianças com menos de 12 anos.

Uma tendência muito forte que se verifica na região é a de migração. Dos 37 entrevistados, 46% possuem filhos que migraram. Os principais motivos são dois:

1. Dificuldade de arrumar emprego para trabalhar (59%);
2. Não queria trabalhar na lavoura (30%). Outros motivos arrolados perfizeram 11%.

No primeiro caso, é o fator de expulsão que determina o abandono do setor rural para o urbano. Por exemplo, o Sr. E. tem 15 filhos e dois deles foram para Salvador trabalhar em "balcão": "Eu tenho muitos filhos prá criar. Eles foram tentar melhorar lá. Lá eles podem seguir carreira. Estudaram, tem mais oportunidades... Aqui não 'tã dando. Às vezes não tem um terreno prá trabalhar".

Por outro lado, temos o caso dos emigrantes que, apesar das condições insatisfatórias de vida e de trabalho, teriam possibilidade de permanência no local de origem. Sra J., viúva, tem três filhos, uma está trabalhando de empregada doméstica em São Paulo e a outra filha que também migrou foi para Salvador, embora não saiba a ocupação desta: "Elas acharam melhor do que a enxada. A enxada é um trabalho sofrido. Eu que gosto da roça".

Ao se perguntar aos entrevistados sobre a condição de vida deles próprios comparada à de seus filhos que migraram, não foi possível registrar uma tendência clara. Alguns julgaram que a situação de seus filhos é pior do que a deles. Pudemos perceber, neste caso, que os pais sentem a falta da mão de obra de seus filhos: "Pra mim, se elas estivessem na roça era melhor, porque aqui a gente tá cuidando com o nosso". "Pra mim a roça tá melhor que a cidade. Queria que estivesse aqui prá ajudar". "Acho que a vida da gente aqui é melhor. Porque eu fui lá (São Paulo), eles ganham bem, tem casa, tudo, mas a fartura está na terra mesmo. Eu mesmo chamei eles prá voltar prá cá".

Por outro lado, aqueles que julgam ser melhor a situação de seus filhos que migraram indicam, além da melhor oportunidade de trabalho, o salário como principal fator de superioridade das condições de vida de seus filhos: "Acho que é mais difícil prá viver aqui. Porque aqui a gente que vive da roça só ganha por ano. Lá, se a gente se esforçar, ganha por mês".

A atração pelas grandes cidades é demonstrada pelo número de migrantes que estão em Salvador (50%) e em São Paulo (43%). As ocupações mais comuns entre os migrantes são: empregada doméstica, faxineiro (33%); balconista (13%); trabalho em banco (10%).

Os migrantes costumam remeter ajuda para casa: 48% enviavam parte do seu salário para a família, cujos valores variavam entre Cr\$ 300,00 a Cr\$ 2.000,00 por mês.

Assim, a migração é uma das alternativas que os filhos dos produtores de Sapezinho encontram diante da dificuldade de se obter uma renda necessária à sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, de criar alguma expectativa de melhorar de vida.

A fim de observar a mobilidade ocupacional na região, perguntamos aos entrevistados sobre a ocupação de seus pais. Os resultados estão contidos na Tabela 3.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO OCUPAÇÃO DE SEUS PAIS

Ocupação do Pai	Distribuição dos Produtores
Trabalhava na roça	31
Viajante (Comércio)	1
Roça e Venda	1
Roça e Fogueteiro	1
Matava porco	1
Operador (Fábrica de Móveis)	1
Não conheceu o pai	1

Percebemos que para 84% dos entrevistados não houve mu-

dança de uma geração para outra: seus pais sempre tiveram essa ocupação, com exceção de um que, além de trabalhar na lavoura, no verão era servente de pedreiro. Quanto à condição de posse da terra, 38% dos pais dos entrevistados não possuíam nenhum tipo de propriedade, 40% possuíam as terras em que seus filhos atualmente estão morando, 8% possuíam terras mas foram vendidas, 8% possuíam (ou possuem) terras e 2% uma casa e um terreno em Salvador.

Perguntamos também aos entrevistados como eles próprios haviam conseguido a posse da terra. A Tabela 4 resume as respostas obtidas.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO A FORMA QUE OBTVEVE A PROPRIEDADE

Forma que obteve a Propriedade	Distribuição dos Produtores
Herança	14
Herança e Comprou	3
Herança e "Favor da Sogra" (a)	1
"Favor do pai, da mãe, da sogra" (a)	7
Comprou	6
É arrendatário	5
É arrendatário e Posseiro	1

Obs: (a) O produtor mora na propriedade de parentes, mas em casa própria.

Podemos perceber que a maior parte dos produtores tornou-se proprietária em virtude de herança (46%). Apenas 16% dos produtores conseguiram comprar terras sem terem recebido nada como herança.

Verificamos ser muito comum em Sapezinho "morar de favor" em propriedades de seus familiares. Geralmente o pai ou o sogro, quando do casamento de filhos que não têm muita terra, cede informalmente uma área dentro de sua propriedade para que o novo casal construa sua casa. Por isso encontramos, na região, o conceito de morador no sentido de que usufrui, de favor, certa área de terra que, por vezes, só tem a casa em

que reside. Este conceito aparece na Tabela 5 em que se discriminam as condições de uso e posse da terra.

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO CONDIÇÃO DE POSSE E
USO DA PROPRIEDADE

Morador e Arrendatário	3
Morador	4
Arrendatário	5
Posseiro e Arrendatário	1
Proprietário residente e Prop. não resid.	1
Proprietário residente	16
Proprietário não residente e Morador	1
Proprietário residente e Arrendatário	6

O morador e arrendatário caracteriza-se por apenas possuir, como morador, o lote em que tem a sua casa. Para trabalhar precisa arrendar terra. Em situação similar encontra-se o proprietário residente e arrendatário: sua propriedade, de reduzida dimensão, não basta para realizar o cultivo, tornando-se preciso arrendar outras áreas de terra. Nestes dois estratos mostra-se evidente um problema que é comum à maior parte dos produtores de Sapezinho: a disponibilidade de terra. O progressivo parcelamento das propriedades por herança, dada a dimensão das famílias e a impossibilidade de compra de novas áreas, cria unidades de dimensão tão reduzida que comprometem sua exploração produtiva: "Com quatro tarefas de terra não dá nem prá trabalhar. Se eu tivesse mais terra era uma boa. As veis nem prá comer dá", "A terra tá muito cara. Tá 30 mil uma tarefinha de terra".

A Tabela 6 registra a quantidade de terra disponível por produtor de modo a reafirmar claramente o indicado acima.

Qualquer comentário a respeito da Tabela 6 é desnecessário desde que observados os valores aí registrados sobre a dimensão das áreas disponíveis para os pequenos produtores.

Ainda assim, a Tabela 7 reforça essa mesma conclusão.

TABELA 6
 QUANTIDADE DISPONÍVEL DE TERRA POR PRODUTORES
 (em Tarefas) (a)

Nº de Produtor	Condição de Posse e Uso da Propriedade			Total
	Propriedade	Arrendatário	Morador	
1	2	1		3
2	20			20
3	3,5		3,5	7
4		4		4
5		3,5		3,5
6		2		2
7			1	1
8	11,5			11,5
9	10			10
10	2			2
11	6			6
12		3		3
13	2			2
14	4			4
15	7			7
16	4	2		6
17	5	3		8
18		2,5		2,5
19	1	2		3
20		3	3	6
21	25			25
22	1,5	1,5		3
23			2	2
24		10		10
25	60			60
26		2		2
27			NS	-
28	10			10
29	21			21
30	14			14
31	100			100
32	16			16
33	1	3		4
34			115 (b)	115
35		0,5		0,5
36	4			4
37	45			45

Obs: (a) Uma tarefa Baiana equivale a 4.356 m²

(b) O produtor considerou a propriedade total do pai e de seus irmãos casados.

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DISPONÍVEL DE TERRA POR PRODUTORES

Quantidade disponível de terra		Frequência
(Hectares)	Tarefas	
(de 0,2 a 1,7)	de 0,5 a 4	17
(de 1,8 a 3,9)	de 5 a 9	6
(de 4,0 a 6,1)	de 10 a 14	5
(de 6,2 a 8,3)	de 15 a 19	1
(de 8,4 a 10,5)	de 20 a 24	2
(de 10,6 a 12,7)	de 25 a 29	1
(de 12,8 a mais)	de 30 a mais	4
	não sabe	1

Notamos que 49% dos produtores dispõem de menos de 4 tarefas, ou seja, menos de 2 hectares. É provável mesmo que alguns entrevistados tenham superestimado a área, em particular quando se trata de morador em propriedade do pai e que planta em conjunto com os familiares (pai, irmãos, cunhados), mesmo morando em casa separada.

A Tabela 8 permite observar outro aspecto da posse da terra, qual seja, o tempo em que ela está em mãos de seus atuais proprietários.

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS SEGUNDO O TEMPO QUE POSSUEM A PROPRIEDADE

Anos	Frequência
de 3 a 10	5
de 11 a 20	6
de 21 a 30	8
de 31 a 40	2
de 41 a 50	2
Não sabe	1

Os dados da Tabela 8 evidenciam que a maior parte das propriedades tem origem há mais de dez anos. É importante notar também que os que a obtiveram há menos de dez anos não o fizeram por compra e sim por herança de seus pais ou por herança de suas mulheres.

Devemos ainda relatar algumas informações a respeito da posse da terra em Sapezinho, informações essas obtidas nas entrevistas ali realizadas.

Dos 16 proprietários residentes, 6 deles arrendam a terra a terceiros. A proprietária J. possui 20 tarefas e arrenda 12. Ela é viúva e tem 64 anos: "Eu só quero um pedacinho de terra pra mim plantar minha mandioca e o meu fumo, porque eu gosto". Ela planta em menos de uma tarefa, arrendando para três produtores nas seguintes condições: no primeiro ano, um terço da mandioca produzida; no segundo Cr\$ 4.000,00 e no terceiro Cr\$ 5.000,00. Até a data da entrevista só um havia pago Cr\$ 5.000,00 porque os outros dois estavam na terra há menos de um ano.

A proprietária M.J. possui 6 tarefas das quais arrenda quatro: "Eu sempre planto em meia tarefa porque estou velha e meus filhos ajudam pouco". Ela tem 56 anos e arrenda pela terça parte do produto (a "terça"). Os seus arrendatários podem plantar o que desejam, não havendo nenhuma obrigação mútua entre as partes além do pagamento da terça.

O proprietário L. mora sozinho pois largou a mulher que foi morar em Feira de Santana junto com os filhos. L. possui 25 tarefas herdadas de sua mãe: cultiva em 5 tarefas e arrenda 3 tarefas pela terça parte da produção de mandioca. O arrendatário planta só mandioca, embora não se trate de obrigação contratual. O restante da propriedade de L. é inproveitada.

O Sr. A. faleceu em 4 de fevereiro de 1981 e seus herdeiros (mulher com 48 anos, filho de 19 e filha de 20 anos) cuidam agora da propriedade. Há também duas filhas que moram em São Paulo. A propriedade da família tem 60 tarefas, das

quais 14 são aproveitadas com culturas: mandioca, fumo, amendoim, milho e feijão; 31 tarefas são de pastagens e 15 estão arrendadas. O arrendatário "paga" um dia de renda por semana, ou seja, ele trabalha um dia por semana na roça dos proprietários. Não há restrições quanto ao uso da terra pelo arrendatário.

A proprietária D.J. possui 100 tarefas há 30 anos; cerca de 92 tarefas não são aproveitadas. Ela tem 8 filhos, dos quais só dois trabalham na lavoura. Uma filha mora em Salvador e os demais estudam e ajudam muito pouco (são menores de 16 anos). Ela arrenda apenas duas tarefas a duas pessoas que lhe pagam a terça, sem restrições quanto ao que plantam.

J. tem 16 tarefas que recebeu de herança do pai há 3 anos. Ele mora com a mulher e 4 filhos pequenos (de 5, 4, 3 e 2 anos). Até dois anos atrás, J. trabalhava numa destilatória. Por isso plantava menos de 2 tarefas (sua mulher tomava conta) e arrendava cerca de 8 tarefas. À época da entrevista tinha aumentado a área cultivada para 6 ou 7 tarefas cultivadas por meio de trabalho assalariado. Arrenda agora duas tarefas com base na terça de mandioca com a obrigação de o arrendatário plantar mandioca.

As descrições anteriores dos casos de arrendamento mostram que os proprietários o fazem mais por impossibilidade de cultivarem toda a sua propriedade do que como forma regular de obterem rendimentos.

Da mesma forma, quando verificamos as características dos 15 produtores que arrendam terras percebemos que não se estabelece uma relação definida entre as partes: os contratos são verbais e em nenhum caso o arrendatário deixou a terra ao fim do prazo inicialmente acertado. o término do arrendamento ocorre tanto por soliciatação dos proprietários quanto por desinteresse do arrendatário. De um lado: "O patrão pediu o terreno": "O terreno era de herdeiros, deu questão"; "Fizemos o pasto e tivemos de ir embora". De outro lado, os arrendatários preferem encerrar o arrendamento: "A terra não

deu mais"; "A terra era pouca, quis arrendar mais"; "Era muito longe", são alguns motivos apontados.

O tempo de permanência dos arrendamentos é variável: para 6 produtores esteve entre 1 e 3 anos; para outros 5 foi de 4 a 7 anos; outros 5 contaram mais de 8 anos.

Todas estas informações permitem concluir que a prática do arrendamento, embora usual na região de Sapezinho, não constitui elemento central da atividade econômica ali desenvolvida.

Devemos nos referir agora à produção agrícola realizada pelos entrevistados. Limitamo-nos aqui a algumas informações gerais pois o tema é objeto de estudo mais pormenorizado no próximo capítulo.

Em primeiro lugar, podemos ressaltar que todos os produtores desta região plantam mandioca e é desta atividade que retiram a maior parte de sua renda. O ciclo da mandioca costuma levar de um ano a um ano e meio. Os produtores têm por hábito colher em datas diferentes de modo a dispor de raiz em várias épocas do ano para fabricar a farinha de mandioca. Praticamente, em todos os meses cada produtor fabrica farinha. Alguns produtores chegam mesmo a comprar raiz em outras regiões para ganhar alguma coisa no processamento. Este fato - de a mandioca fornecer, com maior regularidade e segurança, renda sob a forma monetária - pode explicar porque os produtores que dispõem de menos terra dedicam-se mais à plantação de mandioca do que à de outros produtos de subsistência como o milho e o feijão.

A Tabela 9 registra os produtos cultivados em cada propriedade e a dimensão dessas propriedades. A mandioca está presente em todas elas, como era de se esperar. O amendoim também é plantado pela maior parte dos produtores, independentemente da área disponível. A explicação obtida nas entrevistas indica se tratar de uma tradição plantar amendoim para consumo à época das festas juninas.

Já o cultivo de produtos típicos de subsistência (milho

TABELA 9
 PRODUTOS CULTIVADOS POR PROPRIEDADE (1981)

Tarefas	P r o d u t o s						
	Mandioca	Fumo	Milho	Feijão	Verduras	Amendoim	Outros
0,5	X				X		
1	X	X	X	X	X	X	
2	X				X		
2	X	X				X	
2	X						
2	X		X	X	X	X	
2,5	X	X			X	X	
3	X		X	X		X	
3	X	X				X	
3	X						
3,5	X					X	
4	X						
4	X	X					
4	X		X	X	X		
4	X	X		X		X	
6	X		X	X		X	
6	X	X					
6	X		X	X		X	
7	X		X	X		X	
7	X		X	X	X	X	
8	X		X	X	X		
10	X		X	X	X	X	X
10	X	X			X		
10	X	X	X	X		X	
11,5	X		X	X		X	X
14	X		X	X	X	X	
16	X		X		X		
20	X	X					
21	X	X	X	X	X		
25	X	X	X	X	X	X	
45	X	X	X	X		X	
60	X	X				X	
100	X	X	X	X	X	X	
115	X	X	X	X		X	

Obs: Um produtor não sabe a área.

e feijão) concentra-se nas propriedades maiores, especialmente com mais de 6 tarefas, fato esse que pode ser facilmente visualizado na Tabela 9.

O outro produto encontrado com frequência nas propriedades de Sapezinho é o fumo. Sua produção encontra-se em declínio na região pois os produtores entendem que ela vem dando prejuízo: "Faz 3 anos que eu não planto mais. Plantava muito, mas quase morro de fome. Todos nós éramos compadres dos compradores. Assinávamos a promissória e na hora de fazer as contas das despesas eles não eram mais aqueles compadres, cobravam tudo (o carro, o adubo ...). Aqueles estrangeiros lá, os alemães, tiravam tudo da gente, a gente sempre tava devendo".

Toda a região do Recôncavo Baiano era tradicional produtora de fumo no século passado, tradição que vem sendo extinta devido à retração do consumo de charutos no mercado mundial e à concorrência da produção cubana. Os preços são determinados no exterior e em consequência os exportadores repassam para os produtores a queda nos preços. Assim, a produção fumageira que era considerada rentável algum tempo atrás ("Compramos este terreno depois da safra do fumo ... foi, se me alembro, em 1959"), torna-se, a cada ano, menos viável. Muitos produtores abandonaram totalmente seu cultivo e outros apenas plantam para seu próprio consumo, pois quase todos os produtores não dispensam o seu "fuminho".

Desse modo, podemos concluir que quanto menor a área de terra disponível mais o produtor precisa cultivar a mandioca, produto que lhe garante renda monetária com a qual compra alguns bens necessários à sua subsistência. Todos os fins de semana há em São Felipe, a três quilômetros de Sapezinho, uma feira em que todos os produtores se encontram e adquirem diversas mercadorias, como alimentos (sal, açúcar, café, carne de sol, carne do sertão, macarrão, arroz, feijão, temperos) e algumas vezes perfumarias e vestimentos. Alguns produtores afirmaram, no entanto, terem passado vários dias comendo uma mistura de farinha de mandioca com água quente

por falta de dinheiro para adquirir qualquer outro alimento.

A fonte principal de mão de obra em Sapezinho é a própria família. Este fato pode ser percebido pelos dados apresentados na Tabela 10.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUIORES SEGUNDO A MÃO-DE-OBRA UTILIZADA NA
PRODUÇÃO

Mão-de-obra	Frequência
- Familiar	7
- Familiar e Adjutório	4
- Familiar e Assalariado Temporário	23
- Familiar, Ass. Temp., Ass. Permanente e Adj.	1
- Fam. Ass. Temp. e Arrenda- tário (a)	1

Obs: O arrendatário dá um dia de trabalho por semana como forma de pagamento.

Nenhum dos produtores de Sapezinho dispensa o trabalho familiar embora apenas sete dos entrevistados utilizem-se apenas dele. O "adjutório" é uma prática muito comum na região, principalmente no período de plantação - o inverno - em que a mão-de-obra familiar não é suficiente. É muito comum a "troca de dias" em que "um vai trabalhar na terra do outro". Os entrevistados consideram que o adjutório pode ser feito de graça ou com remuneração. Na Tabela 10, no entanto, definimos o adjutório com remuneração como uma forma de trabalho assalariado temporário pois há efetivamente o pagamento por dia de trabalho realizado e não simplesmente uma "ajuda" entre os produtores. Os salários, à época das entrevistas, variavam de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00 por dia. Em geral, quando a diária era inferior a Cr\$ 300,00, o almoço ficava por conta do empregador. Também observamos pagamentos por dia acima de Cr\$ 600,00 quando o trabalho era combinado por empreitada.

A importância do trabalho assalariado temporário em Sapezinho pode ser avaliada pelos dados da Tabela 11 em que indicamos os motivos apontados pelos produtores para a sua contratação.

TABELA 11
DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO PERÍODO E MOTIVO DA UTILIZAÇÃO DO ASSALARIADO TEMPORÁRIO

Motivo e Período	Frequência
- Para ajudar na plantação: cavar cova, limpar o terreno. No inverno de 1 até 7 dias	16
- Para cavar cova, limpar a terra. Dez vezes ao ano, 1 ou 2 dias	3
- Para cavar cova, limpar a terra. De 15 em 15 dias	1
- Para roçar a terra, cavar cova. De tempos em tempos	1
- Para cavar cova, limpar a terra. Três vezes por ano	1
- Para cavar cova, limpar a terra. De 4 em 4 dias	2
- Quanto necessita para qualquer serviço	1

A maior parte dos produtores só utiliza trabalho assalariado temporário poucos dias por ano, em geral à época da plantação (inverno). Cavar cova e limpar a terra são as duas tarefas que mais exigem mão-de-obra não familiar.

Um único entrevistado emprega trabalhadores permanentes: ele é dono de casa de farinha e a mão-de-obra de assalariados permanentes está aí ocupada e não na produção agrícola. Fica claro que o trabalho assalariado em Sapezinho é um complemento à mão-de-obra familiar, não havendo empregos permanentes como assalariados, senão para uns poucos trabalhadores.

A evidência até aqui levantada sobre o núcleo rural de Sapezinho chama a atenção, em especial, para um fato: a reduzida disponibilidade de terra para a maior parte dos pequenos produtores.

Cabe discutir, neste ponto, a que resultados pode conduzir a inclusão desta hipótese - a de escassez de terras para

os pequenos proprietários - nas análises discutidas ao longo o Capítulo I.

Uma das conclusões fundamentais de *T.Schultz*, após admitir que a agricultura tradicional é pobre mas eficiente, assegura que "nenhum aumento substancial na produção agrícola será obtido pela redistribuição dos fatores à disposição dos agricultores submetidos à agricultura tradicional"⁽¹⁾. Esta proposição conclusiva já foi objeto de críticas: indicamos atrás, as objeções apresentadas por *Lipton* e *Schejtman* em relação a esse aspecto. *Lipton*, com base em evidência colhida na Índia, e *Schejtman*, pelo exemplo latino americano, procuram, por argumentos distintos, demonstrar que a rigidez da estrutura da posse da terra impede essa "maximização" do produto agrícola com os fatores disponíveis. Em outros termos, uma diferente distribuição do "fator" terra permitiria o aumento da produção.

Vejam os dados obtidos em Sapezinho permitem confirmar a crítica à conclusão de *T.Schultz*.

Tomemos, de início, alguns exemplos individuais a respeito da estrutura de posse e do uso da terra:

- O proprietário J.S.S. possui 100 tarefas de terra, sendo que 92 destas tarefas são totalmente inaproveitadas.
- Da mesma forma, L.J.S. possui 25 tarefas e utiliza para o cultivo somente 5 tarefas.
- Por outro lado, J.L.S. possui 0,5 tarefa de terra e habita com 9 pessoas nesta propriedade. Um dos seus filhos migrou porque "a terra é pouca prá trabalhar" e três vezes por semana ele trabalha na roça "dos outros" para "aumentar" a renda familiar. A sua principal reivindicação é poder "trabalhar numa terrinha maior".
- B.J.S. possui 2 tarefas de terra totalmente aproveitadas com culturas. Moram 4 pessoas na propriedade e tem 3 filhos que migraram "prá tentar melhorar de vida". A mulher trabalha uma vez por semana na cooperativa raspando mandioca. A sua reivindicação é "ter um

jeito de comprar uma terrinha prá plantar e poder viver mais folgado, dormir mais descansado".

Encontramos, nestes exemplos, os casos extremos entre aqueles que foram entrevistados: os que têm maiores áreas de terra, sem serem grandes proprietários (100 tarefas equivalem a pouco mais de 40 hectares), e que cultivam pequena parcela de suas áreas; os que têm áreas mínimas e que manifestam textualmente o desejo de cultivarem maiores áreas de terra.

Estes exemplos não constituem exceção entre os entrevistados. A Tabela 12 da destinação das terras dos proprietários da Sapezinho para 1979 tende a confirmar a hipótese acima configurada.

TABELA 12

PORCENTAGEM DE APROVEITAMENTO DAS PROPRIEDADES POR EXTRATOS - 1979

(em tarefas)

	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Culturas	1,00	0,78	0,44	0,53	0,14	0,22
Pastagens	-	0,10	0,03	0,13	0,21	0,15
Matos	-	0,07	0,28	0,34	0,21	0,47
Outros	-	0,06	0,14	-	0,19	-
Arrendamento	-	-	0,11	-	0,25	0,16

Obs: Um produtor não soube informar a área.

Observa-se claramente que nos estratos inferiores a terra está sendo plenamente utilizada, ao passo que nos superiores há parcelas ainda ocupadas por matos. Não é difícil imaginar algum esquema de aumento da produção pela redistribuição da terra, o que, aparentemente não é feito em função da própria estrutura de posse da terra.

É curioso que Schultz, admitindo a existência de ineficiência na agricultura em função de algum tipo de indivisibilidade, não se refira à questão da propriedade da terra, mas a uma indivisibilidade técnica observada na União Soviética.

"Mas, quando uma pseudo-indivisibilidade se torna a base da organização da produção agrícola, tal fato leva a uma distribuição ineficiente de recursos. Visivelmente, isto foi o que aconteceu na União Soviética, onde as grandes máquinas motorizadas foram forçadas ao extremo. Adaptando a agricultura aos grandes tratores, foi levada a uma situação absurda, com uma estrutura bimodal de tamanho de fazendas, isto é, fazendas estatais e coletivas extraordinariamente grandes e fazendolas. Uma estrutura bimodal, baseada em grandes tratores e em muitas enxadas. Ambos os tipos são altamente ineficientes. Suponhamos que nas grandes fazendas estatais e coletivas apenas considerássemos o custo dos tratores e da maquinaria para complementá-los. Mesmo assim, seria mais econômico ter uma variedade de tratores que se completasse, consistindo em tipos grandes, intermediários e pequenos, em vez de somente grandes. Mas trabalho, administração, terra e outras formas de capital material são extraordinariamente importantes. Enquanto isso, milhões de fazendolas estão restritos às suas muitas enxadas e ao uso extremamente intensivo da mão-de-obra. Em nenhum lugar da Europa ocidental, a pequena agricultura é tão ineficiente no emprego da mão-de-obra como nas fazendolas da União Soviética"⁽²⁾.

A indivisibilidade, no caso da distribuição de terra refere-se, não a um elemento de ordem técnica (como o trator de grandes dimensões), mas, sim, a um elemento de ordem institucional: a própria posse da terra. Evidentemente, a possibilidade de arrendamento da terra eliminaria essa indivisibilidade. No entanto, a observação de existência de terras ociosas - ao lado de trabalhadores ansiosos por terra - conduz à conclusão da não "eficiência" dessa "agricultura tradicional".

A "ineficiência" da pequena produção também poderia ser arguida a partir do arcabouço proposto por Chayanov. Aqui, no entanto, trata-se de um caso particular dos camponeses com disponibilidade extremamente limitada de terra. Quando a terra disponível para a unidade familiar está num nível mínimo,

vale a pena (ou é necessário) violar a condição de otimização proposta por *Chayanov* (equilíbrio entre a utilidade marginal da renda obtida com a produção e o grau de penosidade marginal do trabalho), desde que não haja possibilidade de obter renda em outras atividades (comércio, artesanato).

Nessas condições, apesar do acréscimo de renda obtido com o produto do trabalho adicional ser mínimo (portanto, sua utilidade inferior ao grau de penosidade marginal atribuída a essas horas de trabalho), torna-se necessário aumentar a intensidade do trabalho destinado à subsistência. É evidente que para chegar a esse resultado *Chayanov* recusa uma definição tautológica das curvas de utilidade marginal da renda e de penosidade marginal do trabalho - definição tautológica que sempre garantiria explicar o observado como uma situação de otimização - e desse modo pode concluir que o camponês - e sua família - sejam obrigados, na situação definida acima, a trabalhar por uma renda adicional que, subjetivamente, tem uma utilidade muito inferior à "penosidade" do trabalho que a gera.

Evidentemente, a hipótese subjacente ao argumento de *Chayanov* é a da existência de um nível mínimo de subsistência que se coloca além de qualquer avaliação subjetiva do desejo de trabalhar.

De certo modo, *Nakajima* discute este problema: um tópico de seu artigo é dedicado ao estudo das causas da pobreza. Define este autor o "agricultor pobre" como aquele cujo "ponto de equilíbrio" está muito próximo da linha de subsistência (dentro do mapa de indiferença entre renda e trabalho por ele esquematizado). Ainda assim, trata-se de um "ponto de equilíbrio". As causas da pobreza são longamente arroladas por *Nakajima*: escassez de recursos que não o trabalho (principalmente terra); baixo nível de tecnologia; baixo nível de preços dos bens e serviços comprados pela "fazenda familiar"; elevada renda da terra ou alto nível de tributação; excesso de membros na família; nível de vida relativamente alto nas cidades e, finalmente, o excessivamente baixo padrão ambicio

nado de renda ("Achievement standard of income"). Curiosamente, após o longo arrolamento de causas da pobreza, *Nakajima* limita-se a discutir as implicações do baixo padrão ambicionado de renda. Este seria o nível de renda acima do qual a família praticamente não se disporia a esforços adicionais de trabalho. Nos termos de *Nakajima*, o nível de renda em que e acima do qual a inclinação da curva de indiferença se torna praticamente vertical (ou a avaliação marginal do trabalho familiar se torna praticamente infinitamente positiva) ⁽³⁾. Se este nível de renda ambicionado está muito próximo do nível de subsistência, haveria, então um equilíbrio subjetivo na pobreza. De qualquer modo, *Nakajima* reforça a perspectiva de que se trata de uma escolha dos membros da "fazenda familiar". Ao contrário de *Chayanov*, *Nakajima* não se preocupa em discutir a possibilidade de um desequilíbrio decorrente da própria "pobreza" dos agricultores que os pressionaria, face às suas avaliações subjetivas do desejo de trabalhar.

Em um estudo sobre agricultores de baixa renda, cujo modelo explicativo é inspirado em *Nakajima*, a autora acaba por concluir que

"O modelo de equilíbrio subjetivo a dois estágios pressupõe apenas que os produtores agrícolas desejam maximizar lucro, e como podemos constatar através da análise dos resultados o objetivo de manutenção de um mínimo de subsistência parece ser básico para estas famílias. Isto não implica que eles não desejam maximizar o lucro mas apenas que antes do lucro existe a necessidade de garantia de vida. Poderíamos dizer que estas famílias vivem em uma economia do excedente, em primeiro lugar a sobrevivência deve ser garantida e em seguida deve ser maximizado o lucro do excedente" ⁽⁴⁾.

Estas observações, associadas às informações obtidas em Sapezinho, nos conduzem novamente às propostas de *José de Souza Martins*, que já propusera a hipótese da economia do excedente.

Como já anotamos anteriormente, para *Martins*, "o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos

fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência".

Nesta perspectiva, as necessidades de subsistência indicam de que modo serão utilizados os fatores disponíveis (no caso de Sapezinho, terra e trabalho principalmente). Garantida a subsistência, passar-se-ia a organizar o excedente, tanto em termos de fatores quanto em de produto. Evidentemente, o número de membros da família (número de consumidores) é o elemento básico para determinar as necessidades de subsistência, assim como a produção do excedente seria orientada pelas condições do mercado para determinados produtos.

Este esquema simplificado, complica-se quando passamos a observar certos aspectos da realidade. É possível que a subsistência exija produtos cuja produção não é possível nos limites da pequena propriedade. Nesse caso, a produção da subsistência familiar já exige algum tipo de produção comercial para aquisição de bens no mercado. Evidentemente, a parcela da subsistência a ser adquirida no mercado depende tanto da disponibilidade de terra quanto da orientação dada à produção.

Desse modo, podemos perceber os elementos a serem integrados na análise: tamanho das propriedades, tamanho das famílias, tipos e destino dos produtos. Com esses elementos podemos indicar algumas hipóteses que definem a organização da atividade dos pequenos produtores diante da alternativa subsistência/excedente.

Ao examinarmos as informações a respeito dos pequenos produtores de Sapezinho antes da intervenção, temos motivos adicionais para acreditar que a sua economia era organizada a partir do confronto subsistência/excedente, num quadro em que a disponibilidade de terra atua como elemento limitativo fundamental.

No caso em estudo, a mandioca é, a um tempo, elemento fundamental de subsistência (como tal ou sob a forma de farinha) e o elemento mais importante para alcançar o mercado. Des

se modo, subsistência e excedente adquirem a forma de um mesmo produto - a mandioca. Ainda assim, parece válida a observação de *Martins*, anteriormente referida, de que o excedente econômico é o produto dos fatores que excedem às necessidades de consumo.

Ora, o consumo de subsistência supõe a aquisição de um mínimo de mercadorias no mercado, o que exige, por sua vez, uma renda mínima sob a forma monetária.

A partir dessas observações começamos a compreender certos elementos indicados pela evidência levantada em Sapezi - nho.

Ao confrontarmos a porcentagem da área cultivada com o destino da produção de produtores com diferentes áreas de terra (definidas nas Tabelas 13 e 14), podemos perceber os seguintes fatos:

TABELA 13

PORCENTAGEM DA ÁREA CULTIVADA DEDICADA AO PLANTIO DE MANDIOCA, FUMO, AMENDOIM, MILHO, FEIJÃO, POR TAMANHO DE PROPRIEDADE (1979)

Produtos	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Mandioca	0,86	0,70	0,60	0,53	0,76	0,64
Fumo	0,04	0,17	0,10	0,11	-	0,16
Milho	0,01	0,04	0,06	0,07	0,17	0,04
Feijão	0,01	0,02	0,11	0,12	0,07	0,03
Amendoim	0,08	0,07	0,13	0,15	-	0,13

Obs: Um produtor não soube informar a área.

(1) Nos estratos inferiores produz-se quase exclusivamente mandioca e parte substancial desse produto é dedicado ao auto-consumo. O excedente vendido no mercado deve dar conta dos demais elementos da subsistência alimentar (arroz, feijão, açúcar, carne, sal, café etc.), bem como um mínimo de manufaturados.

Evidentemente, o excedente aparente (mandioca vendida no

mercado) é bem menor do que o efetivo, pois é preciso deduzir dessas vendas no mercado o gasto com as demais mercadorias.

O excedente efetivo, em alguns casos, pode se reduzir a zero: os depoimentos de famílias que durante vários dias consomem apenas uma massa obtida com farinha de mandioca e água conduz a essa conclusão.

TABELA 14
PORCENTAGEM DO DESTINO DA PRODUÇÃO EM CADA LAVOURA POR TAMANHO DE PROPRIEDADE (1979) (a)

Mandioca (b)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Número de produtores	5	10	5	4	2	7
Auto-consumo	0,26	0,12	0,16	0,15	0,17	0,14
Mercado	0,74	0,87	0,79	0,85	0,73	0,85
Outros	-	0,01	0,05	-	0,10	0,01

Fumo (c)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Número de produtores	3	3	3	3	-	7
Auto-consumo	0,33	-	-	0,09	-	-
Mercado	0,67	1,00	1,00	0,91	-	1,00

Milho (d)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Número de produtores	1	3	4	3	1	6
Auto-consumo	1,00	0,33	0,75	1,00	1,00	0,60
Mercado	-	0,67	0,25	-	-	0,40

continua

continuação

Feijão (e)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Número de produtores	1	3	5	3	1	6
Auto-consumo	1,00	1,00	0,99	0,95	1,00	0,69
Mercado	-	-	0,01	0,03	-	0,28
Outros	-	-	-	0,02	-	0,03

Amendoim (f)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Número de produtores	2	4	4	3	-	5
Auto-consumo	-	0,03	0,23	0,03	-	0,02
Mercado	0,83	0,80	0,58	0,54	-	0,79
Outros	0,17	0,17	0,19	0,43	-	0,19

Obs: a. Um produtor não soube informar a área e um não estava em Sapezinho em 1979;

b. Dois produtores não souberam informar quanto plantavam;

c. Dezesseis produtores não cultivavam o fumo;

d. Dezesete produtores não cultivavam o milho;

e. Dezesseis produtores não cultivavam o feijão;

f. Dezesete produtores não cultivavam o amendoim.

(2) Na medida em que se amplia a área de terra disponível, o excedente aparente (vendas no mercado) se aproxima do excedente efetivo pois torna-se possível o cultivo de outros alimentos necessários à subsistência. (Podemos verificar, pelo número de produtores, em cada estrato que plantam outras culturas - Tabela 14). Desse modo, o consumo se torna menos sujeito às circunstâncias do mercado.

A questão da subsistência é levantada, em essência, pelo tamanho da família que vive da área de terra. Desse modo, há também uma relação entre área de terra, tamanho de família e dimensão do excedente, o que expressa, em outros termos, o peso que a atividade voltada à subsistência tem sobre a organização da atividade dos pequenos produtores.

TABELA 15
NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS ATIVOS EM CADA FAMÍLIA SEGUNDO
TAMANHO DE PROPRIEDADE (em tarefas)

	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Número médio de pessoas	5,14	7,50	4,67	6,50	4,50	4,14
Número médio de pessoas ativas	3,29	4,30	2,83	5,50	1,50	4,00

Obs: Um produtor não soube informar a área.

A pressão da subsistência também se faz presente com maior força sobre os pequenos produtores com pouca terra e família numerosa sob outra forma: a busca de renda fora da propriedade familiar. As condições locais não permitem, no mais das vezes, senão trabalhos ocasionais, como é possível observar em alguns dos depoimentos levantados.

- O produtor D.S.O. possui 3 tarefas de terras (uma como proprietário e duas arrendadas). Ele, a mulher e os 5 filhos trabalham na propriedade 5 dias por semana o dia inteiro, menos os filhos de 13, 11 e 9 anos que estudam à tarde. Aos sábados o produtor para "ganhar um dinheirinho" vende carne num açougue em São Felipe.
- J.S. possui 2 tarefas de terras (uma como proprietário e uma arrendada). Tem 3 filhos pequenos que não trabalham (de 7, 3 e 2 anos). Ele costuma trabalhar / por dia, 2 vezes por semana, "na roça dos outros", mas isso quando encontra trabalho porque "as veis nem tem terreno prá gente trabalhar".
- J.L.S. possui 4 tarefas de terras. Moram na sua propriedade a mulher, 7 filhos e 1 neto. Os dois filhos menores (de 4 e 2 anos) e o neto (de 8 meses) não trabalham. Três dias por semana, dependendo da época,

o produtor trabalha em outras propriedades por que com "muito filho a gente tem muita precisão".

Desse modo, torna-se possível visualizar o quadro em que se constitui o excedente na economia dos pequenos produtores, no caso considerado.

O produto total é uma função da área de terra disponível e do número de pessoas que trabalham (adicionando-se alguma renda obtida em outras atividades, mas em geral secundárias e o fruto do trabalho de terceiros especialmente sob a forma de "adjutório"). O consumo é uma função do número de pessoas que vive na propriedade.

Desse modo, o excedente - que assume a forma de mandioca vendida ou transformada em farinha para venda (ou outros produtos em menor proporção) e do qual devem-se deduzir os gastos realizados no mercado com compras essenciais - não se determina no mercado e sim no âmbito da própria produção da pequena propriedade. É claro, seu valor monetário pode flutuar face às mudanças de preço dos produtos vendidos no mercado; mas a sua dimensão decorre das condições reais da produção e das necessidades de consumo da família.

Esse excedente pode, portanto, variar de acordo com as condições indicadas:

- Quanto menor a área de terra disponível por trabalhador e menor a proporção de membros ativos da família, menor será o excedente. No limite, podemos pensar na insuficiência econômica dos recursos da pequena propriedade em dois sentidos:

(a) insuficiência absoluta para sustentar os membros da família, exigindo a busca de outras fontes de renda que, como vimos, são esporádicas e incertas.

(b) insuficiência de terra para os membros ativos da família, ou seja, a área por trabalhador familiar é tão reduzida que implica em ociosidade parcial da mão-de-obra (independente do produto ser ou não suficiente para o consumo familiar, embora provalvemente

não o seja).

- Quanto maior a área disponível por trabalhador e maior a proporção de membros ativos da família, maior é o excedente potencial dessa propriedade.

Esse quadro do núcleo rural de Sapezinho antes da intervenção completa-se quando é feita a análise das formas de produção e comercialização da farinha de mandioca. Ainda aqui - especialmente na produção - prevalece um padrão organizacional determinado pelas necessidades de subsistência.

As velhas casas de farinha - cujo processo técnico rudimentar já foi descrito anteriormente - processavam a mandioca num esquema que privilegiava o trabalho familiar e por meio de um pagamento em espécie - uma proporção do produto obtido. A venda da farinha ao comerciante aparece, pois, aos olhos do pequeno produtor, como excedente, mesmo que efetivamente parte ou todo o produto constitua-se de elementos necessários à subsistência e acabe, pois, aparecendo como uma sobra às necessidades de consumo.

Este fato deve responder, em parte, pela possibilidade de o comerciante oferecer preços reduzidos ao produtor quando da venda da farinha.

É claro, também, que na comunidade de pequenos produtores em que houve pequena penetração das relações mercantis-ou seja, em que a subsistência é obtida em boa medida fora do mercado - o trabalho excedente (efetivo) pode ser dedicado a tarefas comunitárias - seja o adjutório comum nas tarefas de produção, sejam festas religiosas etc.

Estas observações, e a evidência que a apoia, nos permitem buscar a síntese do que foi até aqui colocado, e em seguida, reiterar as conclusões que nos interessam.

Ao tomarmos como ponto de partida para a análise o conceito de excedente econômico como formulado por *Martins*, tínhamos em mente o pressuposto de que para os pequenos produtores, antes da intervenção, o trabalho se apresenta como o "fator de produção" fundamental: em outros termos, os recursos sob a forma de máquinas, equipamentos, adubos etc., eram usa -

dos em escalas tão reduzidas que para fins de análise seria possível ignorá-los. Desse modo, a combinação trabalho/terra resumiria as alternativas disponíveis para os pequenos produtores.

Dada uma certa disponibilidade de terra para cada pequeno produtor (hipótese configurada no conjunto de informações obtidas nas entrevistas), restava saber o quanto era possível produzir com esses recursos e a forma que o produto assumiria.

Assumindo a hipótese, sustentada pela evidência, de que a atividade dos produtores busca, em primeiro lugar, garantir sua subsistência, era possível caminhar rumo a certas conclusões que indicam ser a área de terra disponível elemento que discrimina diferentes situações de pequenos proprietários.

1. A proporção da subsistência obtida fora do mercado (ou seja pelo trabalho direto do produtor e sua família) depende da relação: número de pessoas da família/área de terra disponível (admitindo pouco relevante a disponibilidade de outros recursos, até então pouco utilizados).
2. Os proprietários (ou usuários em geral) de menores áreas e com maiores famílias deverão obter no mercado parte maior de sua subsistência.
3. Desse modo, o seu "custo de produção" (entendido aqui como o custo monetário da subsistência da família de pequenos proprietários) será superior ao de um proprietário de áreas maiores (que pode prover maior parte de sua subsistência pelo auto-consumo).

NOTAS...

- (1) Schultz, Theodore W. A Transformação da Agricultura Tradicional. Tradução de J.C. Rocha, Rio de Janeiro, Zahar, 1965.p.48.
- (2) Schultz, Theodore W. A Transformação da Agricultura Tradicional. op. cit. p. 128-9.

- (3) Nakajima, Chihiro. Subsistence and Comercial Family Farms: Some Theoretical Models of Subjective Equilibrium in Wharton, C.R.(Jr). Subsistence Agriculture and Economic Development. Chicago, Aldine, 1966. p. 177.
- (4) Salomon, Basília Maria Aguirre. Agricultores de Baixa Renda: Um Estudo de seu Comportamento em Relação à Alocação do Tempo. Dissertação de Mestrado. FEA-USP. São Paulo. 1977 (mimeo). p. 85.

CAPÍTULO IV

O IMPACTO DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL SOBRE OS PEQUENOS PRODUTORES

CAPÍTULO IV

O IMPACTO DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL SOBRE OS PEQUENOS PRODUTORES

No Capítulo II procuramos mostrar quais foram os objetivos do projeto Módulo de Mandioca implantado em Sapezinho e, ainda, os principais instrumentos utilizado para tanto. No Capítulo III, com base em informações coletadas no local, procuramos caracterizar a pequena produção de Sapezinho e, em particular, identificar os padrões de decisão dos pequenos produtores.

Com esse conjunto de informações é possível, agora, voltar à questão proposta no início da pesquisa: qual o impacto da intervenção na comunidade rural de Sapezinho? De que modo os pequenos produtores reorganizaram sua atividade diante das novas condições propiciadas pela implementação do projeto Módulo de Mandioca?

Como observado no Capítulo II, a intervenção se fez de modo mais evidente em três áreas: agrícola, industrial e gerencial (da cooperativa). Sem ignorar a primeira e a última, nossa hipótese é de que a mecanização do processo industrial (produção de farinha de mandioca) é o elemento principal a induzir as transformações por que passa a pequena produção de Sapezinho. A assistência técnica aos produtores e o apoio à Cooperativa aparecem, portanto, como condições para a mudança verificada que devem ser articuladas com o elemento central acima referido.

1. A Mecanização da Produção de Farinha

À primeira vista, ao mecanizar a produção de farinha de mandioca, o Programa do Módulo Agro-Industrial pouco alteraria a vida econômica dos pequenos produtores. Estes entregariam à Cooperativa a raiz para ser processada, recebendo ao fim uma certa quantidade de farinha equivalente ao produzido com a mandioca por eles entregue, descontada em produto a taxa da Cooperativa. Esta taxa era semelhante ao quanto se pagava aos donos das velhas casas de farinha manuais. Sob a perspectiva da quantidade de farinha obtida, pouco se alterava em relação à situação anterior.

Já foi indicado que a casa de farinha mecanizada tem produtividade bastante superior à das velhas casas de farinha. Este fato, no entanto, só interessaria ao produtor se revertesse a ele sob a forma de menor custo para passar a mesma quantidade de mandioca. Isto não ocorreu. Os proprietários de velhas casas de farinha que as mecanizaram, mantiveram a mesma percentagem como pagamento pelo processamento da raiz de mandioca. Apesar disso, é clara a preferência dos pequenos produtores pela casa de farinha mecanizada.

Essa preferência é compreensível quando se observa a forma do trabalho em cada tipo de casa de farinha. Nas antigas, os produtores e suas famílias deviam prover a maior parte do trabalho utilizado para processar a própria mandioca. Processo demorado - alguns entrevistados afirmaram gastar três dias para passar a mandioca - acabava por reduzir o tempo de trabalho disponível para cuidar da terra. Além disso, as próprias condições de trabalho nas velhas casas de farinha justificavam a preferência pelas mecanizadas: calor excessivo, instrumentos perigosos (prensa, forno) que tornavam comum a existência de pessoas doentes ou mutiladas em função desse trabalho. Dos 37 entrevistados, 24 indicaram a redução do trabalho como

o maior benefício da mecanização do fabrico de farinha. Depoimentos típicos são os que se seguem:

"Antes muita gente ficava cego por causa da quentura , doente, era muito trabalhoso ficar mexendo no braço. A gente ia ficando doente. Muitos morreram por causa que soltava o parafuso e batia neles o tronco. Agora não, tã muito melhor. Agora tem mais tempo. Antes prá fazer dois sacos de farinha levava dois dias. Agora faz 40 sacos em um dia".

"Mudou bastante, ficou mais tranquilo, a gente tinha antes muita despesa com a farinha, prá fazer. Uma tarefa demorava uma semana e empatava 3,4 dias".

Outra vantagem apontada por alguns entrevistados foi o surgimento de novas oportunidades de obter renda pelo trabalho junto à Cooperativa. Esta passou a remunerar o trabalho de descascar mandioca, o que antes era feito por meio do trabalho familiar. Além disso, a operação das máquinas também exigiu que fossem contratados trabalhadores para tais funções, trabalhadores esses que eram, em alguns casos, também pequenos produtores. Por exemplo: C.M.M. exercia em 1981 a função de operador de máquina na cooperativa; trabalhava de segunda a sábado, 8 horas por dia, e recebia Cr\$ 300,00 por dia. O trabalho da roça fica a cargo de sua mulher, somente "no fim de semana cuido da roça, faço um chiqueiro".

Ao lado dessas vantagens, há algumas queixas dos cooperados. Muitos reclamam de não ter sua raiz processada isoladamente. A farinha recebida por cada cooperado é uma parcela do total produzido no dia, misturada a mandioca entregue pelos diversos produtores. Daí as queixas: não se sabe exatamente o quanto foi produzido com a raiz entregue; "a qualidade da minha farinha deveria ser melhor porque trouxe mandioca de boa qualidade". Alguns julgam mesmo que a farinha produzida nas velhas casas manuais tinha melhor qualidade, "fica mais torradinha". Todas estas desvantagens, no entanto, não pareciam suficientes para anular a preferência pelas casas mecanizadas.

A supremacia da produção mecanizada manifesta-se rapidamente obrigando o abandono da produção manual. Instalada a casa de farinha da cooperativa, resta aos demais proprietários a alternativa de mecanizar suas casas ou simplesmente, desativá-las.

A mudança do caráter do processo produtivo - de manual para mecanizado - conduz a alguns resultados significativos. Antes de mais nada, verifica-se a progressiva substituição do trabalho familiar por trabalho assalariado no processamento da mandioca. Na produção manual, a própria família do produtor fornece a mão-de-obra necessária para realizar as operações do fabrico de farinha. A parcela deduzida do produto para o pagamento do dono da casa de farinha reduzia-se, na prática, ao pagamento de um aluguel pelo uso dos equipamentos. Na produção mecanizada, há trabalhadores especializados para operar as máquinas que se caracterizam como assalariados (diaristas). Esta especialização decorre do caráter mais complexo dos equipamentos e também de sua elevada produtividade: haveria grande redução de produtividade caso fosse permitido a cada cooperado passar a sua mandioca individualmente pois a escala de produção é muito superior à capacidade individual de cada produtor.

O grande aumento de produtividade obtido com a mecanização (na casa manual obtinha-se 6 sacos de 50 kg numa jornada de 29 horas ao passo que na mecanizada é possível produzir 40 sacos em um dia) permite que a porcentagem deduzida do produtor não se altere. Assim, as casas de farinha mecanizadas cobram a mesma parcela antes deduzida na produção manual. É claro, no entanto, que o custo monetário da produção aumentou: incluem-se aqui os salários pagos, a energia elétrica, a lenha⁽¹⁾ a depreciação dos equipamentos e seu custo de manutenção. Tais custos monetários passam a ser incluídos no custo de produção da farinha, embora quantitativamente essa diferença não seja percebida pelo pequeno produtor que continua a entregar 10% da farinha produzida para o proprietário da casa de farinha ou para a cooperativa.

Esta tendência à utilização de trabalho assalariado é acentuada por outro motivo. A escala de produção das casas mecanizadas parece ser muito superior à capacidade de produção local de mandioca. O caso da cooperativa é típico: os associados não tem condições de fornecer mandioca para manter a capacidade plenamente utilizada. A fim de evitar a ociosidade do equipamento foi definido um esquema pelo qual o cooperado pode usar as instalações na segunda e na terça feira; nos outros dias da semana, a cooperativa adquire raiz de outros produtores e a processa por sua conta. O mesmo parece ocorrer com as demais casas de farinha mecanizadas da região. Define-se, dessa forma, uma situação que não pode ser suprida pelo trabalho familiar, impondo portanto, a contratação de assalariados (diaristas, por tarefa) para executar os trabalhos da produção de farinha.

Evidentemente, esta mudança no caráter do processo produtivo reflete-se sobre os padrões de existência da comunidade. As oportunidades de trabalho remunerado em dinheiro (operadores de máquinas, descascadores de mandioca) tendem a reduzir as formas de trabalho sem remuneração monetária, tais como o trabalho familiar e o "adjutório", práticas usuais anteriormente e que reduzem-se substancialmente. Este efeito da intervenção é da máxima importância porque, sem a ajuda comunitária, o produtor que necessitar de trabalho além do disponível na família para o cultivo da terra, deve dispor de recursos para pagar diárias a seus auxiliares. A este problema voltamos no tópico seguinte.

Hã, ainda, outro efeito da mecanização das casas de farinha que se difunde desse processo produtivo para o núcleo rural em geral. Podemos afirmar que as velhas casas de farinha tinham um custo monetário de construção praticamente nulo. O trabalho e os materiais seriam obtidos sem nenhum dispêndio de dinheiro. Trabalho familiar ou adjutório, materiais obtidos na região ou produzidos por seus proprietários eram suficientes para construir as rudimentares casas de farinha.

Já as casas mecanizadas exigem dispêndio relativamente grande para a compra das máquinas e para as instalações. Há, pois, o dispêndio inicial de um capital cujo retorno será tanto maior quanto mais intensa for a utilização do equipamento em questão. As casas de farinha mecanizadas precisam contar com suprimento de raiz constante para manter plenamente utilizada sua capacidade. A multiplicação de casas mecanizadas na região provoca, portanto, outro resultado expressivo: a pressão sobre os produtores no sentido de obter crescente quantidade de raiz para ser processada. Como veremos, essa pressão encontra alguma ressonância nos esforços de alguns produtores em aumentar produção e produtividade. Tal pressão conduz, no entanto, a outro resultado: como a produção local não basta para manter ocupadas as casas de farinha, é preciso comprar em áreas mais distantes a mandioca a ser processada, com os acréscimos de custos de transporte e aquisição. Este fato permite que, no plano local, haja um acréscimo real do preço da mandioca. Embora os dados disponíveis sejam precários, é possível obter indicações de que esse efeito era verificado. Assim, em julho de 1980 o preço da tonelada de raiz era de Cr\$ 2.750,00 enquanto o saco de farinha obtinha Cr\$ 1.100,00. Em setembro de 1981, a tonelada de raiz era paga a Cr\$ 7.000,00 e o saco de farinha a apenas Cr\$ 1.500,00. Já em 1983 o preço da tonelada de raiz alcançava Cr\$ 12.000,00 enquanto o saco de farinha chegava a Cr\$ 3.200,00 acréscimo do preço da raiz foi substancialmente maior ao que o do preço da farinha.

Evidentemente, esta pressão refletia-se sobre as condições de produção na área agrícola, em conjunto com as demais mudanças acima indicadas. Os efeitos específicos sobre os pequenos produtores são a seguir analisados.

2. Efeitos sobre a Produção Agrícola

No capítulo anterior procuramos mostrar que a produção dos pequenos proprietários de Sapezinho orientava-se principalmente pelas necessidades familiares de consumo. Em particular, foi possível evidenciar que os proprietários de áreas muito reduzidas destinavam maior proporção do produto para o mercado a fim de obter recursos monetários mínimos necessários para comprar o que não pode ser produzido por eles próprios. Dada a extrema limitação da terra disponível, esses proprietários concentravam sua produção na mandioca, ainda mais rentável que as demais do ponto de vista de venda no mercado. Já os proprietários de maiores áreas de terra destinavam menor parcela do produto ao mercado. O maior consumo relativo (e absoluto) de mandioca deve expressar nível alimentar superior. Ao mesmo tempo, estes proprietários com áreas de terra mais extensas podem cultivar outros alimentos para consumo próprio (feijão, milho, amendoim) e ainda vender uma parte na feira de São Felipe. É preciso lembrar que, em qualquer caso, trata-se de pequena propriedade: poucos são os que tem mais de 6 hectares de terra; muitos, quase 50% da amostra, tem menos de 2 hectares.

Cabe, pois, recolocar a questão tratada neste capítulo: quais as repercussões da intervenção sobre a economia dos pequenos produtores de Sapezinho?

Os resultados a que chegamos no primeiro tópico deste capítulo devem ser lembrados e admitidos como ponto de partida para a análise: a generalização das casas mecanizadas cria uma pressão de demanda por maiores quantidades de raiz para ser processada, pressão esta que se reflete, quase certamente, na elevação real do preço pago pela mandioca. Mesmo no caso da cooperativa, em que o esquema de preços é diferente, parece ocorrer esse tipo de pressão. O segundo resultado diz res-

peito ao surgimento de oportunidades mais regulares de trabalho remunerado em termos monetários. Como vimos, estas oportunidades são valorizadas, colocando em questão as velhas formas de trabalho comunitário como o adjutório.

É inegável que a pressão da demanda, associada à assistência técnica fornecida pelo projeto por meio da cooperativa, conduz a mudanças na forma de cultivo. Essas mudanças estratificam-se, mais uma vez, de acordo com a área de terra disponível para cada proprietário. A análise de um conjunto de respostas dadas a questões sobre o tema nos permite evidenciar o fato de que nas áreas muito reduzidas é mínima a possibilidade de introduzir novas técnicas (adubação química ou natural, mecanização-trator- e técnicas de cultivo como espaçamento, corte de manivas etc).

Os dados da Tabela 1 já fornecem uma primeira evidência para essa hipótese.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO MUDANÇAS INTRODUZIDAS RECENTEMENTE NA LAVOURA POR TAMANHO DE PROPRIEDADE

Mudanças Introduzidas na Lavoura	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
-Nenhuma	4(58%)	1(10%)	1(16%)	-	-	-
-Já utilizava: adubo e trator	-	-	-	1(25%)	-	2(28%)
-Introduziu: adubo e/ou trator e/ou espaçamento certo	1(14%)	7(70%)	5(84%)	3(75%)	1(100%)	5(72%)
-Utilizou: adubo e/ou trator e não pretende utilizar mais	2(28%)	2(20%)	-	-	-	-

Obs: Um produtor não soube informar a área.

Entre os proprietários com menos de 2 tarefas de terra foi menor a adoção de novas técnicas: 58% dos produtores não introduziram nenhuma mudança. Os que usaram adubo ou trator

afirmaram não mais pretender utilizá-los por encarecerem de mais a produção.

Nas propriedades maiores, houve maior aceitação das mudanças sugeridas pelos técnicos, embora alguns produtores com terras entre 2 e 4 tarefas também não se mostrassem satisfeitos com os resultados. Nas propriedades com mais de 8 tarefas, todos passam a utilizar trator e/ou adubo, sendo que alguns já o faziam antes.

A hipótese proposta acima encontra apoio adicional nas respostas à questão: "Você tem dado mais atenção a algum tipo de cultivo nesse último ano?", cujos resultados estão resumidos na Tabela 2.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO O(S) PRODUTO(S) QUE TEM RECEBIDO MAIOR ATENÇÃO RECENTEMENTE POR TAMANHO DE PROPRIEDADE

Produtos	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
-Nenhum com destaque	4(58%)	2(20%)	1(17%)	2(50%)	-	1(14%)
-Mandioca	1(14%)	8(80%)	4(66%)	1(25%)	2(100%)	5(72%)
-Outros	1(14%)	-	1(17%)	1(25%)	-	-
-Mandioca e Outros	1(14%)	-	-	-	-	1(14%)

Obs: Um produtor não soube informar a área.

No estrato de proprietários com menos de 2 tarefas, 58% negou que tivesse mudado o padrão de cultivo anterior. Já nos estratos superiores é clara a tendência a maior atenção para o cultivo de mandioca. Aliás, apesar do esforço em mostrar a possibilidade de maior produtividade em outras culturas (milho, feijão, hortas), as respostas dos produtores indicam que sua atenção se concentrou na mandioca. As respostas sobre os motivos que os levaram a essa atitude também são expressivas. Para alguns, as novas técnicas de cultivo facilitaram a produção ("porque a terra ficou mais mansa com o uso do adubo"); para ou-

tros, a mecanização do fabrico de farinha também estimulava a plantação de mandioca ("porque agora com a cooperativa tá mais fácil de fazer a farinha"); o motivo mais citado, no entanto, refere-se às condições favoráveis do mercado para a mandioca ("é que vende mais"; "porque a mandioca está dando mais dinheiro"; "porque aumentou a possibilidade" - de vender a mandioca). É inegável, portanto, que o efeito da pressão da demanda, fruto da mecanização das casas de farinha, induzia a maior cuidado com a plantação de mandioca.

A Tabela 3 reproduz a questão acima de forma mais objetiva. A questão formulada solicitava que o entrevistado informasse se no último ano tinha havido aumento de produção e/ou produtividade e, em caso afirmativo, em que produtos.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO PRODUTOS QUE TIVERAM AUMENTO DE PRODUÇÃO E/OU PRODUTIVIDADE RECENTEMENTE POR TAMANHO DE PROPRIEDADE

Produtos que tiveram aumento de produção ou/e produtividade	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16 a mais
-Não houve mudança	5(72%)	-	1(17%)	2(50%)	-	1(14%)
-Mandioca: aumento de produtividade	2(28%)	6(60%)	4(66%)	1(25%)	-	1(15%)
-Mandioca: aumento de produção	-	3(30%)	-	-	-	2(28%)
-Mandioca: aumento de produção e produtividade	-	1(10%)	-	-	-	-
-Mandioca: e Fumo: aumento de produção e produtivid.	-	-	1(17%)	-	-	-
-Mandioca, Milho e Feijão: aumento de produção	-	-	-	1(25%)	2(100%)	1(15%)
-Mandioca e Outros: aumento de produção e produtivid.	-	-	-	-	-	2(28%)

Obs: Um produtor não soube informar a área.

As respostas, resumidas na Tabela 3, reafirmam a tendência dos produtores em melhorar a produção de mandioca. É certo que alguns entrevistados indicaram o aumento do tamanho da família como motivo que os levou a aumentar a produção. As razões mais características apontadas pelos produtores repetem temas já anotados anteriormente: em essência, teria havido maior incentivo para o aumento da produção ou da produtividade da mandioca, estímulo esse dado pela cooperativa por meio de: facilidade de processar a mandioca; facilidade de vender a farinha; orientação dada pelos técnicos agrícolas e acesso ao crédito bancário.

Se os dados anteriores já indicam diferentes condições, segundo a área de terra, para "intensificar" a produção, as questões formuladas com referência ao uso dos meios para aumentar a produtividade (adubo, trator, técnicas e, por fim, o crédito) são bem mais conclusivas.

A Tabela 4 condensa as informações relativas à utilização de assistência técnica.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO OS MOTIVOS QUE OS LEVARAM A UTILIZAR (OU NÃO) OS CONSELHOS DADO PELOS TÉCNICOS AGRÍCOLA

Motivos	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16 a mais
Não:						
-Falta de condições	3(43%)	1(10%)	2(33%)	-	-	-
-Não quis/esqueceu	1(14%)	1(10%)	-	-	-	-
-Não deu certo	1(14%)	1(10%)	-	-	-	-
Sim:						
-Deu bom resultado	-	5(50%)	4(67%)	3(75%)	2(100%)	3(42%)
-Não recebeu assistência	2(28%)	2(20%)	-	1(25%)	-	4(58%)

Obs: Um produtor não soube informar a área.

Nenhum dos produtores com menos de 2 tarefas afirmou que tivesse sido favorecido pelo uso dos conselhos dos técnicos: alguns não chegaram a receber a assistência, outros a evitaram por julgarem não ter condições (adubo caro, pouca terra para trator) e um afirmou que não deu certo. Nos estratos superiores, aumenta o número relativo dos que afirmam terem alcançado bons resultados com os ensinamentos dos técnicos.

Os motivos apresentados por uns e outros também reafirmam a hipótese em questão. Os que não julgavam conveniente o uso de novas técnicas contrapuseram os benefícios obtidos (para eles pequenos) com o custo de adubos, trator etc. Por exemplo: "Não estou acreditando muito. Tenho utilizado adubo, mas para pagar não tem dado resultado"; "Planto do jeito que antes, a terra é pequena e o adubo muito caro"; "Eles falam coisas que não dá para fazer, não dá para comprar adubo"; "Tenho mais despesas usando o que eles mandam fazer. Acho certo o que eles falam, mas não tenho condições"; "Para os que tem mais terra foi bom. Usam o adubo"; "Trouxe ajuda para quem pode comprar o adubo. A gente tem vontade, mas não tem dinheiro, só alguns se beneficiaram".

Aqueles que julgaram produtivas as mudanças introduzidas limitavam-se a considerar o aumento de produção e, portanto, a receita possível de ser recebida: "Deu mais produção, se eu plantasse nesse terreno fraco sem adubo não tinha nem a metade"; "Agora a mandioca carrega mais"; "Trouxe melhora grande. Eu até tenho ensinado em todo o lugar que eu vou falar para pôr calcário no terreno para combater a acidez"; "Aumentou a produção. Antes de usar adubo, uma tarefa dava mais ou menos 2 mil quilos de mandioca, agora com adubo chega a dar 9 mil quilos".

O mesmo resultado é evidenciado pelas informações a respeito do uso do crédito. Entre os entrevistados, apenas um fizera uso de crédito anteriormente. Com o interesse e o apoio vinculado do Projeto da Mandioca, tornou-se mais fácil obter crédito junto ao Banco do Brasil. Cerca de 50% dos entrevis-

tados obteve recursos, na maior parte para financiamento de adubo e uso de trator. Como podemos observar na Tabela 5, grande número de proprietários evitou o endividamento com medo de não poder pagar os empréstimos.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO OS MOTIVOS QUE OS LEVARAM A UTILIZAR (OU NÃO) O CRÉDITO AGRÍCOLA

Motivos	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
SIM:						
-Para comprar insumos	3(43%)	5(50%)	2(33%)	2(50%)	1(100%)	3(43%)
NÃO:						
-Queria p/gado não p/roça	-	-	-	-	-	1(14%)
-Teve medo de não poder pagar	3(43%)	4(40%)	4(67%)	-	-	3(43%)
-Não quis/não gostava	-	-	-	2(50%)	-	-
-Falta de informação	1(14%)	1(10%)	-	-	-	-

Obs: Um produtor não soube informar a área.

Os depoimentos dos que fizeram uso do crédito e também daqueles que não fizeram são igualmente indicativos das mesmas tendências até aqui observadas, ou seja, de que aos proprietários de áreas muito reduzidas torna-se difícil a implementação de mudanças na lavoura de mandioca. "Fiquei com medo porque meu terreno é fraco. E quando se deve, deve pagar de qualquer jeito. Agora, se eu tivesse terra maior eu tomaria emprestado" é uma afirmação característica. Ou ainda: "Não ia dar certo porque o arrendamento é pequeno e não ia dar para produzir para poder pagar o juro. Se eu tivesse terra eu emprestaria. Mas enquanto não tiver não vou usar o crédito".

Jã entre os que obtiveram crédito do Banco do Brasil, há opiniões divergentes. Alguns, entusiasmados, gostariam de renovar a experiência: "Uitlizei na roça de mandioca e ainda comprei dois porcos com o resto do dinheiro. Se der eu vou pegar de novo"; "Achei bacana. Paguei as dívidas e o que tomei lã deu p'ra faturar e fiz economia"; "Valeu a pena, comprei adubo. Senão não tinha nada na roça". Outros, no entanto, eram menos otimistas quanto ao resultado obtido: "Não compensou muito porque a roça não foi boa"; "E uma ajuda, mas é pouco"; "Valeu a pena mas não quero mais. Tomei medo".

Estas evidências demonstram que, no plano da própria produção agrícola, ocorre fenômeno semelhante ao que se proces- sou na fase industrial: antes, a produção era realizada com custos monetários mínimos e com trabalho familiar ou adjutório. Agora, a introdução de novas técnicas passa a exigir dispêndios monetários para compra de adubos, pagamentos dos serviços de trator e até mesmo de algum trabalho para auxiliar a família.

Não é necessário acrescentar novas informações para de-⁵⁷⁵⁶⁹monstrar que aos proprietários de menores áreas de terra é quase impossível o acesso aos "insumos modernos": seu consumo depende, em grande parte do próprio produto gerado em sua terra. Desse modo, o reduzido excedente obtido - mesmo com maior productividade - não seria suficiente para cobrir os custos em que se incorre para comprar adubo, pagar serviços de trator ou ainda pagar os juros dos empréstimos. É possível que, em média, seja positivo o resultado da aplicação dos insumos modernos mesmo em pequenas áreas. É claro, no entanto, que reduz-se a segurança do pequeno proprietário que, diante de uma colheita precária, terá de enfrentar pagamentos já compromissados. A tônica dos depoimentos atrás arrolados - em que está presente o medo de não poder pagar juros e prestações dos empréstimos - situa-se exatamente nesse elemento diferencial: os menores proprietários não dispõem de qualquer tipo de reserva para fazer frente às eventualidades, já os que diversificam a produção por terem áreas maiores podem compensar num cultivo

54569

o que perdem em outro.

Torna-se claro que os reflexos da intervenção tendem a conduzir à maior diferenciação entre os proprietários: os menores não utilizam as novas técnicas, mantêm baixo nível de produtividade e vêm-se afastados dos possíveis benefícios da "modernização". Os proprietários de áreas maiores tendem a utilizar os novos insumos, incorrem em custos monetários superiores e, conseqüentemente, devem dirigir ao mercado parcelas crescentes de sua produção, reduzindo a parcela de auto-consumo. Esta é a forma de compensar, pela mercantilização do produto, os custos monetários crescentes exigidos pela produção "modernizada".

Esse fato pode ser observado com base nos dados das Tabelas 6 e 7, referentes ao ano de 1981, comparadas às Tabelas 13 e 14 do capítulo anterior, que reproduzem os mesmos dados para o ano de 1979.

A Tabela 6 evidencia que houve deslocamento de áreas antes utilizadas com outros produtos para o cultivo de mandioca, principalmente nas propriedades maiores. Em apenas dois estratos (até 2 tarefas e de 12 a 16 tarefas) dedica-se, em 1981, menor porcentagem da área ao cultivo de mandioca. Nos demais estratos, há aumentos significativos, com a correspondente redução de área relativa dedicada a outros produtos.

TABELA 6

PORCENTAGEM DA ÁREA CULTIVADA DEDICADA AO PLANTIO DE MANDIOCA, FUMO, MILHO, FEIJÃO, AMENDOIM, POR TAMANHO DE PROPRIEDADE (1981).

Produtos	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Mandioca	0,84	0,84	0,68	0,65	0,57	0,65
Fumo	0,03	0,07	0,08	0,04	-	0,15
Milho	0,04	0,01	0,05	0,05	0,29	0,06
Feijão	0,02	0,01	0,09	0,06	0,07	0,05
Amendoim	0,07	0,07	0,10	0,10	0,07	0,09

Obs: Um produtor não soube informar a área.

TABELA 7
 PORCENTRAGEM DO DESTINO DA PRODUÇÃO EM CADA LAVOURA
 POR TAMANHO DE PROPRIEDADE (1981) (a)

Mandioca (b)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Nº de produtores	7	10	5	4	2	7
Auto-consumo	0,19	0,12	0,09	0,11	0,02	0,08
Mercado	0,81	0,86	0,85	0,89	0,97	0,91
Outros	-	0,02	0,06	-	0,01	0,01

Fumo (c)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Nº de produtores	4	3	3	2	-	7
Auto-consumo	0,25	1,00	1,00	0,14	-	1,00
Mercado	0,75	-	-	0,86	-	-

Milho (d)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Nº de produtores	2	2	4	3	2	5
Auto-consumo	-	1,00	0,60	0,67	0,34	0,72
Mercado	0,50	-	0,28	0,33	0,49	0,28
Outros	0,50	-	0,12	-	0,17	-

Feijão (e)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Nº de produtores	2	2	4	3	1	5
Auto-consumo	1,00	1,00	0,75	0,92	0,20	0,83
Mercado	-	-	0,17	0,06	-	0,14
Outros	-	-	0,08	0,02	0,80	0,03

continua

continuação

Amendoim (f)	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16 a mais
Nº de produtores	3	5	4	3	1	5
Auto-consumo	0,07	0,03	0,28	0,06	-	0,02
Mercado	0,77	0,84	0,56	0,83	0,90	0,79
Outros	0,16	0,13	0,16	0,11	0,10	0,19

- Obs: (a) Um produtor não soube informar a área;
 (b) Um produtor não soube informar quanto plantou;
 (c) Dezesete produtores não cultivaram o fumo;
 (d) Dezoito produtores não cultivaram o milho;
 (e) Dezenove produtores não cultivaram o feijão;
 (f) Quinze produtores não cultivaram o amendoim.

Já a Tabela 7 reafirma o mesmo fato e ainda nos permite observar outras evidências.

A parcela do produto de mandioca destinada ao auto-consumo reduz-se em todos os estratos, em alguns de modo particularmente significativo. Assim, os produtores com terras entre 4 e 8 tarefas reduzem, de 1979 a 1981, a parcela auto-consumo de mandioca de 16 para 9%; os de 8 a 12 tarefas, de 15 para 11%; os de 12 a 16 tarefas, de 17 para 2% e os demais de 16 tarefas de 14 para 8%. Confirma-se, pois, o fato de os produtores com maiores áreas de terra estarem desviando parcelas crescentes de sua produção para o mercado, a fim de compensar os custos monetários em que incorre sua produção. Quanto aos demais produtos, as tendências são menos marcantes: o fumo, sem dúvida, passa a ser produzido apenas para o próprio uso dos produtores e vendido só por uns poucos proprietários. O milho, o feijão e o amendoim não sofrem mudanças muito significativas. De qualquer modo, vale anotar o fato de nos estratos inferiores ser uma pequena parte dos produtores que realiza os demais cultivos, ao passo que nos es-

tratos superiores a maior parte dos que plantam mandioca tem também roças de milho, feijão e amendoim.

De modo geral, temos confirmada nossa hipótese de que, como resultado da intervenção, houve tendência a destinar parcelas crescentes do produto ao mercado, principalmente nos estratos superiores de proprietários de terra.

A tendência a "monetarizar" os custos de produção não se limita apenas à compra de insumo modernos. Como já nos referimos, também o trabalho adicional ao familiar passa a ser objeto de remuneração em dinheiro. Já mostramos que esse fato decorre do surgimento de oportunidades propiciadas pela mecanização do processamento da mandioca. Cabe aqui confirmar esse fato por meio de respostas a questões formuladas aos pequenos produtores de Sapezinho a respeito do adjutório. É claro que essa prática tradicional não foi eliminada de um ano para outro. Há indícios claros, no entanto, de sua progressiva redução, como revelam os dados da Tabela 8.

TABELA 8

PORCENTAGEM DOS PRODUTORES QUE RECEBEM (OU NÃO) AJUDA DOS MORADORES DE SAPEZINHO POR TAMANHO DE PROPRIEDADE

	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16 a mais
SIM	3(43%)	8(80%)	5(83%)	2(50%)	2(100%)	4(58%)
Não nunca recebeu	1(14%)	2(20%)	-	1(25%)	-	-
Não recebe mais	3(43%)	-	1(17%)	1(25%)	-	3(42%)

Obs: Um produtor não soube informar a área.

Das 36 respostas obtidas, 24 afirmaram receber ajuda dos moradores do núcleo rural; a afirmar claramente a continuidade da prática de troca de dias de trabalho. Quatro afirmaram nunca ter recebido esse tipo de ajuda e oito (pouco mais de 20%) indicaram que não mais recebiam esse tipo de ajuda que antes era comum. Mais expressivos do que os números são os depoimentos obtidos: "Antigamente tinha, agora é só pagando";

"Acabou o tempo, agora cada um trabalha para si. Ninguém ajuda ninguém"; "Acho que o povo nesses últimos dois anos tem trabalhado demais. Não tem mais tempo para adjutório".

Outra questão sobre o mesmo tema ("Você acha que nesse último ano houve alguma mudança nesse tipo de ajuda?") recebeu respostas igualmente elucidativas: "Pararam de ajudar. O povo desuniu. Agora tem que pagar mais"; "Atualmente tem mais ajuda por dinheiro"; "Sempre igual, os pobres só são vistos em época de eleição"; "Prá mulher (mudou), por causa do Ceped, pois antes elas ajudavam, mas agora elas preferem descascar mandioca"; "Sempre foi assim, só que agora a troca é por dinheiro"; "Na raspagem de mandioca o dinheiro tomou conta".

Estes testemunhos nos permitem admitir que, embora ainda haja o adjutório, a tendência é de seu desaparecimento se forem mantidas as condições para o trabalho remunerado em dinheiro nas atividades de processamento da mandioca (operadores, descascar mandioca).

Tal tendência deverá acentuar a já referida diferenciação entre os estratos de proprietários uma vez que aos mais pobres poderá faltar mesmo o auxílio do trabalho de vizinhos e compadres para momentos críticos do ciclo de produção.

Finalmente essa diferenciação pode ainda ser acentuada por outro efeito não observado mas teoricamente possível. Se as novas técnicas continuarem a levar ao aumento da produtividade na produção de mandioca e estabilizada a demanda das casas mecanizadas, pode ocorrer pressão contrária no sentido do declínio dos preços. Esse efeito, bastante conhecido em distintas situações, talvez se repita no núcleo rural de Sapezinho, embora, até onde foi conduzida a observação, não se tenha surpreendido tal tendência. Se for verificada essa hipótese, a situação dos proprietários de menores áreas de terras sofrerá deterioração adicional. Sem acesso aos insumos modernos, portanto com baixos níveis de produtividade, terão de fazer frente a preços em declínio (em termos reais), reduzindo em consequência o já limitado excedente com que podiam con

tar para realizar suas compras no mercado.

Ao observador da realidade de Sapezinho não é necessária reflexão mais profunda para reconhecer o nível de extrema pobreza dos pequenos proprietários. Mais difícil de demonstrar é que sua situação tenha piorado após a implantação do módulo, embora seja possível demonstrar no plano lógico que essa é a perspectiva mais provável para os detentores de menores áreas de terra. De qualquer modo, certas práticas não estatutárias que vêm sendo levadas à frente pela cooperativa nos permitem admitir que já se percebe, dentro da comunidade, a carência absoluta de alguns de seus membros. A análise que se segue, com centro na ação da cooperativa tenta avaliar se ela está capacitada a superar o problema, principalmente por meio de sua auto-sustentação como propõe o projeto ali implantado.

3. A Cooperativa e os Pequenos Produtores

Ao se tentar a análise da atuação da cooperativa em Sapezinho, tendo como objetivo particular verificar a possibilidade de seu funcionamento auto-sustentado, deparamo-nos com alguns problemas de difícil solução. Em especial, devemos notar que a própria existência da cooperativa decorre da intervenção governamental por meio do Projeto atrás referido. As cotas subscritas pelos pequenos produtores somam valor ínfimo, portanto insuficiente para levar à frente as atividades que ali vêm sendo desenvolvidas. Em particular, os recursos para a compra dos equipamentos da fábrica de farinha e a própria construção foram objeto de doação, com recursos do projeto, para a cooperativa constituída para a experiência em foco. Deixaremos, pois, de lado este aspecto o da possibilidade de constituição do capital da cooperativa pelos próprios associados (2).

O núcleo de nossa preocupação está na compreensão da forma de funcionamento da cooperativa, em especial nas rela-

ções que estabelece com o mercado consumidor e com os pequenos proprietários. Em particular, desejamos observar em que medida a cooperativa terá condições de superar as dificuldades a que estão sujeitos os menores proprietários, como procuramos mostrar no tópico anterior.

A cooperativa dos produtores de mandioca de Sapezinho substituiu duas figuras distintas: a do proprietário de casa de farinha a do intermediário. Estas figuras continuam a existir ao lado da cooperativa concorrendo mesmo entre si em certa medida.

Já observamos que o principal ganho dos pequenos produtores na utilização da casa de farinha da cooperativa decorreu da mecanização que evitava as longas e penosas jornadas de trabalho nas casas de farinha manuais. Mecanizadas as demais casas de farinha, seria indiferente ao produtor passar a raiz na casa da cooperativa ou em outras casas pois a taxa daquela é equivalente à parcela que as casas particulares cobram para o processamento da mandioca (10% do produto obtido).

As diferenças significativas para o produtor situam-se, portanto, no plano da comercialização da farinha: aqui, a venda para a cooperativa ou para os intermediários pode conduzir a resultados diferentes.

Para os produtores associados à cooperativa, comercialização por seu intermédio parece evitar os problemas com intermediários e tornar automática a venda da farinha: cada associado tem direito a passar 1 tonelada de raiz por semana e o produto obtido é automaticamente comprado pela cooperativa ao preço do dia.

Há algumas queixas em relação à cooperativa - em especial ao fato de não se vincular a farinha obtida à raiz entregue. Alguns produtores julgam estar perdendo no peso e na qualidade do produto final. Estas desvantagens parecem pequenas diante das reclamações dirigidas contra os intermediários. Vários produtores indicaram que os intermediários exigem um excesso de 2 ou 3 quilos em cada saco de 50 quilos

além de imporem o preço de compra da farinha. Outros produtores manifestaram sua preferência pela cooperativa porque, além de ser mais fácil de fabricar a farinha, alcançavam melhor preço ou pelo menos era mais fácil de vender. A Tabela IV.9 resume os motivos arrolados pelos entrevistados.

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO OS MOTIVOS QUE OS LEVARAM A SE ASSOCIAREM À COOPERATIVA POR TAMANHO DE PROPRIEDADE

Motivos	T a r e f a s					
	0-2	2,5-4	4,5-8	8,5-12	12,5-16	16,5 a mais
Não é sócio:						
-Vende para intermediário por que está acostumado	1(14%)	-	-	-	-	-
-Vende para quem oferece melhor preço	-	1(10%)	-	-	-	2(29%)
É sócio:						
-É mais fácil para fabricar e vender a farinha	4(58%)	4(40%)	4(66%)	2(50%)	-	3(43%)
-É mais fácil para fabricar a farinha e vende por preço melhor	-	1(10%)	1(17%)	1(25%)	-	1(14%)
-Intermediários roubam no peso e/ou preço	1(14%)	3(30%)	1(17%)	-	-	-
-Foi um dos fundadores	1(14%)	-	-	-	2(100%)	1(14%)
-A cooperativa ensinou muitas coisas boas	-	1(10%)	-	1(25%)	-	-

Obs: Um produtor não soube informar a área.

É importante notar que três entrevistados, não associados à cooperativa, julgam vantajoso manter-se nessa situação por poderem vender a quem oferece melhor preço no dia - intermediário ou cooperativa. De modo geral, no entanto, parecia prevalecer à época da observação, a preferência pelo vínculo com a cooperativa.

Se a relação da cooperativa com produtores, quanto à com

pra de farinha, mostra-se razoavelmente harmônica, mais complexa é a relação da cooperativa com o mercado.

Antes de mais nada, é preciso notar que a gestão, da cooperativa vem comportando operações que envolvem não só os associados, mas também outros produtores locais. Já anotamos que a capacidade produtiva do equipamento instalado supera a capacidade de produção dos associados. Desse modo, há compra de raiz de não associados para ser processada pela cooperativa por uma forma a ser observada a seguir. Além disso, a cooperativa vem adquirindo farinha de diversos produtores (farinha processada em outras casas) para revendê-la. É curiosa a situação do Sr. N., sócio da cooperativa, proprietário de uma casa de farinha mecanizada e que vende a farinha, produzida com sua mandioca e com mandioca adquirida de outros produtores, para a cooperativa. Há também não associados que vendem raiz à cooperativa ou mesmo a farinha já processada.

Observadas as formas pelas quais a cooperativa adquire farinha, resta entender como tem sido feita sua venda. Os problemas referentes à comercialização tem-se mostrado relativamente complexos.

Uma das hipóteses do projeto era de que, com a eliminação do intermediário e de seu lucro, seria possível aumentar a receita obtida pelos produtores e/ou rebaixar o preço de mercado da farinha de mandioca. A cooperativa, fruto da associação dos proprietários, seria o meio para eliminar o lucro do intermediário e transferir parte desses ganhos aos produtores.

Entendida em seu sentido estrito, a proposta do projeto não tem sido verificada: foi possível recolher depoimentos que evidenciam o pagamento de preços superiores por parte dos intermediários, dependem - da qualidade da farinha. Tal fato sugere as dificuldades encontradas para a comercialização da farinha pela cooperativa.

Na verdade, a cooperativa não conseguiu penetrar no mercado de Salvador para onde habitualmente se destinava a farinha de São Felipe. Ao lado da falta de experiência no trato

com os compradores, desde logo verificou-se a impossibilidade de concorrer com os próprios intermediários locais: havia problemas quanto à qualidade da farinha (do ponto de vista dos consumidores) e ainda quanto ao preço a ser oferecido. Os intermediários podiam se furtar ao pagamento de tributos, ao passo que a cooperativa não. Desse modo, buscou-se um esquema, com apoio oficial, de comercialização da farinha. A venda para a COBAL ainda não resolveu o problema pois o preço oferecido por essa companhia estatal, deduzidas despesas e tributos, era inferior ao pago pelos intermediários de São Felipe. Foi preciso acrescentar ao preço da COBAL um subsídio dado pelo PROCAB (Programa de Compras de Alimentos Básicos) por intermédio do INAM para viabilizar a comercialização da farinha pela cooperativa. Esse era o esquema vigente em setembro de 1981, quando da observação realizada.

É difícil avaliar em que medida o subsídio atualmente concedido é estritamente necessário para viabilizar o funcionamento da cooperativa. De qualquer modo, percebe-se claramente que os problemas da comercialização colocam obstáculos sérios a serem transpostos.

É certo, no entanto, que nesse esquema de apoio da COBAL e INAM a cooperativa tem conseguido satisfazer aos associados. Além da comercialização da farinha dos associados, têm sido desenvolvidas atividades distributivas junto aos mais pobres. Como anotamos anteriormente, a cooperativa compra raiz de não associados e a processa "por sua conta". Na verdade, essa raiz adquirida pela cooperativa é atribuída aos associados mais pobres que, pagas algumas taxas e despesas, recebem a receita da venda da farinha como se a raiz tivesse sido entregue por eles próprios. Trata-se, pois, de uma forma de transferir recursos gerados pela operação da cooperativa para uma parcela dos associados. Por outro lado, a presidente da cooperativa declarou ser sua intenção adquirir terras para serem exploradas por parte dos proprietários com áreas muito reduzidas.

Estas medidas não estatutárias (os estatutos determinam que os resultados líquidos da cooperativa sejam distribuídos aos associados na proporção de suas cotas) expressam a carência absoluta a que estão submetidos alguns dos pequenos produtores associados. Esta política distributiva, ao que tudo indica, tem sido aprovada pela maioria dos sócios até a época da observação.

As anotações aqui arroladas mostram-se insuficientes para uma avaliação definitiva da possibilidade de a cooperativa conseguir funcionar de modo auto-sustentado. De qualquer maneira, elas evidenciam que o núcleo das dificuldades situa-se nas relações da cooperativa com o mercado comprador do produto. Eliminado o subsídio, a cooperativa tem de se defrontar com os compradores usuais da farinha de São Felipe. Afirma-se que a maior parte da produção local dirigia-se a apenas um grande supermercado de Salvador que, como tal, dispõe de grande poder de barganha em relação aos vendedores. Se a cooperativa não conseguir superar este ponto de estrangulamento dificilmente poderá sobreviver a menos que passe a impor preços menores para os pequenos produtores. Neste caso, o resultado da intervenção terá sido absolutamente perverso pois além de não ter conseguido elevar a receita dos pequenos produtores, acabará por conduzir a uma economia mais mercantilizada. Nas novas condições, a dependência de insumos e de trabalho pagos em dinheiro tinha como compensação a perspectiva de aumento da receita propiciada, em boa medida, pela intervenção da cooperativa. Se ao fim a receita voltar aos níveis prévios, a situação dos pequenos produtores terá sofrido alguma deterioração, colocando ainda o espectro da insegurança no seio daquele núcleo rural.

Da mesma forma, vemos que, nas observações feitas pelos técnicos responsáveis pelo projeto, existe uma insegurança quanto ao sucesso da intervenção, caso haja um abandono do apoio institucional:

"A experiência tem demonstrado que para atuarem no mer-

cado, cada vez mais competitivo, as cooperativas de pequenos produtores, necessitam de apoio governamental tanto em recursos financeiros como em capacitação gerencial. O apoio institucional, em forma de subvenções (governo do Estado e INCRA), de créditos (BNCC/INAM), de subsídios aos insumos, dos preços mínimos e outras formas, torna-se decisivo e fundamental para benefício dos produtores de baixa renda e para viabilizar a forma de Organização escolhida, como instrumento capaz de integrá-los à sociedade, tirando-os da marginalidade e tornando-os aptos para a luta reivindicatória..

Desse modo, é evidente que o apoio dos Órgãos governamentais Estadual e Federal tem que ser efetivo e substancial, de modo constante e prazo indeterminado para que seja possível o êxito dessa cooperativa. Os próprios cooperados, mão-de-obra não qualificada, marginalizados do processo econômico, não poderão sem ajuda oficial, iniciar, desenvolver e consolidar uma estrutura organizacional que os oriente para uma ação mais participativa na sociedade. Fica claro que se em qualquer momento, essa ajuda falhar, a probabilidade de insucesso se tornará alta, inviabilizando essa forma associativa para gerir o módulo e fazê-lo autosustentável" (3).

NOTAS

- (1) Embora a lenha seja também utilizada nas casas de farinha manuais, na alimentação dos fornos para a secagem da farinha, a quantidade utilizada pela cooperativa é muito maior e a região não dispõe de áreas apropriadas para exploração de lenha.
- (2) Segundo Os Estatutos da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe, capítulo III, artigo 6, "Os associados contribuirão com cinco (5) quotas partes sendo de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) o valor de cada uma delas. Todavia não haverá limite quanto ao máximo".
- (3) CEPED. Projeto Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia. Modelo de Gestão. Autor: José Augusto Carvalho Nunes. jul./1980. p.35-6.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A proposta de estudar o impacto da intervenção governamental sobre os pequenos produtores de Sapezinho exigiu que se procurasse entender, previamente, a lógica da ação econômica desses produtores.

Ao revermos a literatura, pudemos distinguir três visões.

Uma delas, implícita na chamada "teoria da modernização da agricultura", entende que o comportamento de todos os agentes econômico é indistinto, guiado pela "racionalidade econômica". Individualmente, os agentes (produtores ou consumidores) buscariam a maximização de suas funções-objetivo (produção-lucro e utilidade). Esta busca da maximização individual garantiria a não existência de ineficiências produtivas: nas palavras de *Schultz*, a "agricultura tradicional é pobre mas eficiente". Em outras palavras, com os recursos disponíveis, não seria possível pensar em aumentos de produção.

Entre as críticas à teoria da modernização, desejamos relembrar as que se fixam nas hipóteses formuladas. *Lipton* e *Schejtman* mostram como as imperfeições nos mercados de fatores e de produtos podem impedir o alcance das condições de maximização. No caso particular de Sapezinho, pensamos que a estrutura fundiária condiciona de tal maneira a ação dos pequenos produtores que seria difícil imaginar a possibilidade de vigência de esquemas de equalização do valor do produto marginal.

Por seu turno, a teoria da economia camponesa explora as especificidades de sua organização. Primeiro, ao reconhecer a necessidade de formular conceitos diferentes daqueles utilizadas na teoria econômica usual. A não existência do trabalho as

salariado, impede que se procure a determinação do nível de produção pela equalização entre o valor do produto marginal do trabalho e o salário. O salário - expressão do "custo" do trabalho para o produtor - deve ser substituído por alguma outra variável. Neste ponto, torna-se imperioso reconhecer o fato de a produção e o consumo serem realizados numa mesma unidade familiar. Por esse motivo, o "custo do trabalho", avaliado subjetivamente pelos membros da família, passa a ser o elo de ligação entre a face produtora e a face consumidora da unidade familiar. Estes traços gerais estão presentes em *Chayanov*, *Sen* e *Nakajima*, autores que discutimos ao longo do texto. *Sen* e *Nakajima* admitem, no entanto, que é sempre possível atingir o equilíbrio subjetivo entre produção e consumo. Já *Chayanov* conclui que, em condições de extrema escassez de recursos produtivos (em particular da terra), os pequenos produtores podem ser obrigados a se situar num ponto de desequilíbrio: a necessidade de prover a subsistência familiar obriga os membros da família a um número de horas de trabalho cujo "custo subjetivo" (a penosidade marginal do trabalho) é superior à utilidade marginal do produto obtido nessas horas de trabalho.

Este tema - a necessidade de suprir à subsistência da família - é retomado sob outras perspectivas. Procuramos mostrar que, para *J.S. Martins*, são as condições objetivas (e não uma avaliação subjetiva) de garantir a subsistência que determinam a organização da economia dos pequenos produtores. A produção para o mercado seria organizada com os fatores de produção excedentes, ou seja, aqueles que não são necessários para produzir a subsistência familiar.

A observação do núcleo rural de Sapezinho nos conduziu à exploração desta última hipótese: pudemos confirmar, pela evidência levantada, que aqueles pequenos produtores vivem numa economia do excedente: garantida a subsistência pelo uso dos fatores disponíveis, passa-se a organizar a produção para o mercado por meio dos fatores excedentes. A disponibilidade de terra para os produtores revelou-se, no entanto, um

elemento diferencial importante: aqueles que dispõem de maiores áreas, tem, em geral, uma produção mais diversificada e utilizam vários desses produtos para o autoconsumo. Os produtores que dispõem de áreas reduzidas, acabam por se "especializar" no produto vendido no mercado - no caso, a mandioca. A razão para tanto é a necessidade de compra no mercado de alguns itens básicos da subsistência, o que exige a obtenção de renda monetária. A menor parcela de produção destinada ao auto-consumo reflete, neste caso, um padrão de consumo também inferior ao dos produtores que dispõem de áreas maiores.

A exploração desta hipótese não nos exige da análise da terceira postura arrolada no Capítulo I: a da "subordinação da economia camponesa ao capital". Nesta perspectiva, a pequena produção, por estar inserida no sistema capitalista de produção, não pode escapar às determinações do capital. É por meio dessa dominação que a pequena produção transfere renda para o setor comercial ou para o industrial. O produtor, apesar de continuar com a propriedade da terra, vai perdendo progressivamente a autonomia na organização de sua produção, por meio de imposições que lhe são feitas: padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração de coleta e comercialização. Acreditamos que esta postura não exclua, se não em casos extremos, a formulação da "economia do excedente". Pelo menos no caso de Sapezinho, as imposições do capital comercial podem atingir a parcela excedente à subsistência familiar, mantida, no entanto, a autonomia do produtor em organizar a sua subsistência.

Podemos, portanto, retomar a questão inicial: quais as mudanças que estão ocorrendo no núcleo rural de Sapezinho e quais as tendências registradas pela análise?

Ja indicamos o caráter diferenciador da disponibilidade de terras. Os produtores que tem lotes mínimos de terra tendem a vender uma proporção maior de seu produto e a concentrar os fatores (terra e trabalho) no produto vendido no mercado. Os pequenos produtores com áreas maiores de terra, des-

tinam maior parcela de sua propriedade para produtos utilizados em seu próprio consumo.

A intervenção governamental, ao modernizar o fabrico de mandioca e ao oferecer novos insumos (mecanização, fertilizantes etc), não criou os meios para o acesso de todos os produtores a seus benefícios. A mesma divisão em dois grupos, ainda em função da disponibilidade de terra, continuou a ser observada: os proprietários com áreas muito reduzidas não tiveram condições de aproveitar as mudanças tecnológicas oferecidas pelo projeto. Tais mudanças implicavam em custos monetários com os quais estes produtores não podiam arcar (ou tinham medo). Não puderam, portanto, beneficiar-se do aumento de produtividade possível pela aplicação dessas técnicas.

Já os pequenos produtores com maiores áreas de terra utilizaram os recursos oferecidos (inclusive o crédito), de modo a aumentar a produção, em especial a de mandioca.

Simultaneamente foi possível observar a progressiva substituição da prática do adjutório pelo pagamento, em dinheiro, por dia de trabalho. Percebemos, pois, que não só os insumos, mas o próprio trabalho passou a constituir um custo monetário. Parece provável, portanto, que o aumento real e a monetização dos custos de produção tendam a ampliar a diferenciação inicial entre os produtores, principalmente em função do acesso (ou não) aos novos procedimentos técnicos em uso. Aliás, este efeito não se limita à produção agrícola mas também está presente no processamento da mandioca nas casas de farinha mecanizadas em que o trabalho familiar foi substituído pelo remunerado em dinheiro.

A intervenção também procurou criar um novo canal de comercialização que eliminasse a dependência dos pequenos produtores em relação aos intermediários locais. A cooperativa foi atribuída a função de intermediário, função essa que não vem sendo levada à frente sem problemas. A farinha de mandioca da região de São Felipe é destinada, normalmente, ao mercado de Salvador e aqui as compras são feitas quase exclusivamente por uma rede de supermercados. Alegando ser de má qualidade a fa-

rinha produzida na cooperativa; esta rede de supermercados não aceitou comprar o produto nas condições estabelecidas.

Foi preciso, portanto, que o INAN promovesse a venda da farinha para a COBAL, com um subsídio fornecido pelo PROCAB⁽¹⁾. Trata-se, evidentemente, de um expediente temporário para garantir a sobrevivência da cooperativa, em oposição às propostas contidas no projeto de criar um organismo auto-sustentado. É claro, mais cedo ou mais tarde, este esquema de sustentação das vendas de farinha de mandioca será suspenso e a cooperativa terá de defrontar-se com as condições vigentes no mercado.

Quando isto ocorrer, sua posição terá de ser definida: se procurar manter preços elevados para matéria-prima de baixa qualidade (assim como demais medidas de caráter assistencialista⁽²⁾), a cooperativa irá se dissolver por não ter condições de competir com os demais produtores e intermediários do mercado. A alternativa para sua sobrevivência está em impor aos produtores associados o preço de mercado e melhores padrões de qualidade para a matéria-prima, assumindo neste caso o caráter de empresa. Sob esta hipótese, pensamos que os efeitos de diferenciação no seio do núcleo rural tenderão a se acentuar.

Os produtores com menores áreas de terra tem obtido da cooperativa alguns benefícios (por exemplo, recebem a mandioca comprada em outros lugares para ser por eles processada). Evidentemente, tais medidas assistencialistas prejudicam o desempenho da cooperativa como empresa e só são viáveis dado o esquema subsidiado para a venda do produto. Sem estes benefícios, no entanto, estes produtores ver-se-ão em situação difícil pois não introduziram os novos recursos técnicos e mantem, por isso, baixo nível de produtividade.

Já os produtores que modernizaram sua produção poderão, nesse caso, utilizar a cooperativa como um intermediário possivelmente nas mesmas condições oferecidas pelos demais comerciantes locais, sem atender aos objetivos iniciais do projeto (reduzir a pobreza do pequeno produtor rural e reduzir os

preços dos alimentos). Este dilema entre o caráter assistencial e o empresarial das cooperativas é conhecido e resultados semelhantes ao aqui indicado foram registrados na literatura⁽³⁾.

Ao encerrar a Conclusão desta pesquisa, devemos insistir na necessidade de se prosseguir a reflexão sobre a questão da pequena produção em busca da compreensão de seus problemas e de soluções efetivas para eles.

NOTAS

- (1) "O convênio com a COBAL portanto, decorreu da incapacidade da cooperativa alcançar os critérios de qualidade exigidos por Paes Mendonça. Por aceitar farinha de uma qualidade pior, a COBAL ratificou as falhas da cooperativa, dificultando ainda mais sua capacidade de concorrer no mercado". Sorj, Bernardo (coord.). Avaliação do Projeto Módulo Agro-Industrial. Sapezinho". s.d., (mimeo).p. 12-3.
- (2) Além das medidas comentadas no Capítulo IV, a cooperativa teria adquirido 100 hectares de terra para distribuir entre os sócios sem terras, "...dificilmente pode se justificar a compra de 100 hectares immobilizando cerca de 75.000 dólares apenas em termos dos benefícios de auto-abastecimento, sobretudo quando a cooperativa carece de apoio básico como caminhões de transporte para transportar raízes. É provável, portanto, que o motivo maior de sua compra foi o desejo de empregar sócios sem terra". Sorj, Bernardo (coordenad.)op.cit. p.8.
- (3) Ver, por exemplo: Santos, J.Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec, 1978. p. 118.
Rios, Gilvando Sá Leitão. Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro. Piracicaba, ESALQ/USP, 1976. Dissertação de Mestrado.
Lourciro, Maria Rita (org.). Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

BIBLIOCRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, Samir & Vergopoulos, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 179 p.
- BRUIT, Héctor Hernan. *A Pequena Produção Agrícola e o Desenvolvimento do Capitalismo*. *Anais da Semana de Estudos de História Agrária*. Assis, Instituto de Letras História e Psicologia, UNESP, 1982, p. 109-29.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 4^a ed. São Paulo, Duas Cidades, 1977, 284 p.
- CEPED-PROAGRO. *Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, 1º Relatório de Andamento*. set. 1978, (mimeo).
- _____ *Plano Operacional*. mar. 1979, (mimeo).
- _____ *Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho - São Felipe-Bahia*. jun. 1979, (mimeo).
- _____ *4º Relatório de Andamento*. jul. 1979, (mimeo).
- _____ *Avaliação do Projeto Módulo da Mandioca. 1º Relatório*, autor Joviniano C. Neto, mai. 1980, (mimeo).
- _____ *Modelo de Gestão*. autor: José Augusto Carvalho Nunes, jul. 1980, (mimeo).
- _____ *10º Relatório de Andamento*. abr. 1981, (mimeo).
- _____ *Avaliação do Projeto Agroindustrial*. autor: Bernardo Sorj (cood.), s.d., (mimeo).
- CHAYANOV, A.V. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, The American Economic Association/Richard Irwin, 1966, 317 p.
- EIAP-FGV. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrário-

- cola. Brasília, BINAGRI, 1979, 214 p.
- GALJART, BENNO. Difusão Cultural, Modernização e Subdesenvolvimento. Trad. Oriowaldo Queda. In: Szmrecsány, T. & Queda, O. *Vida Rural e Mudança Social* 3^a Ed., São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1979, p. 57-65.
- LIPTON, Michael. The Theory of Optimising Peasant. *Journal of Development Studies*, vol.4, nº 3, abr. 1968, p.332.
- LOUREIRO, Maria R. Garcia (org.). *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez-autores Associados, 1981, 155 p.
- MARTINS, José de Souza, *Capitalismo e Tradicionalismo*, São Paulo, Pioneira, 1975, 161 p.
-
- A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 22: 199-221, 1980.
- NAKAJIMA, Chihiro. Subsistence and Commercial Family Farms: Some Theoretical Models of Subjective Equilibrium. In: Wharton, C.R. (Jr.). *Subsistence Agriculture and Economic Development*. Chicago, Aldine, 1969, 481 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. *Seleções CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense, nº 1: 18-77, 1975.
- PAIVA, Rui Miller. *A Agricultura no Desenvolvimento Econômico: suas Limitações como Fator Dinâmico*. Rio de Janeiro, IPE (Série M.), nº 30, 1979.
-
- Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. *Pesquisa e Planejamento*, Rio de Janeiro, 11(2): 171-234, dez. 1971.
- PASTORE, José. Agricultura de Subsistência e opções tecnológicas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 7 (3): 9-18, 1977.
- RIOS, Gilvando Sã Leitão. *Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1976. Dissertação de Mestrado, 187 p. (mimeo).
- SALOMON, Basília Maria Aguirre. *Agricultores de Baixa Renda:*

- um Estudo de seu Comportamento em Relação à Alocação do Tempo. São Paulo, FEA/USP, 1977. Dissertação de Mestrado. 119 p. (mimeo).
- SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Campesinato: a Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil*. São Paulo, Polis, 1980, 104 p.
- SCHEJTMAN, Alexandre Z. Elementos para una Teoria de la Economía Campesina: Pequeños Proprietarios y Campesinos de Hacienda. *El Trimestre Económico*, México. Fondo de Cultura Económica, vol. 42(2), nº 166:487-508, abr.-jun. 1975.
- SCHULTZ, Theodore W. *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Trad. J.C. Teixeira Rocha. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1965, 207 p.
- SEN, Amartya K. Peasants and Dualism with or without Surplus Labor. In: *The Journal of Political Economy*, vol. 64(5): 425-50, out. 1966.
- SILVA, José Francisco Graziano da (coord.) *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978, 267 p.
- SILVA, Sérgio. *Desenvolvimento Econômico e Agricultura no Brasil*. III Encontro da Associação de Centros de Pós-Graduação em Economia, Garanhuns, Pernambuco, 1975, 14 p. (mimeo).
- WANDERLEY, M.N.B. *O Camponês: um Trabalhador para o Capital*. UNICAMP, Grupo de Estudos Agrários, 1979, 113 p.